

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

OS EFEITOS DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL E A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO
CEARÁ
ESTUDO DE CASO

Hiran Sobreira Teles Filho

FORTALEZA – CEARÁ
AGOSTO/1999

**OS EFEITOS DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O BALANÇO PATRIMONIAL E A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS DO
CEARÁ
ESTUDO DE CASO**

Hiran Sobreira Teles Filho

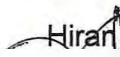


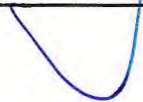
Orientador: Profa. Célia Maria Braga Carneiro

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis, pela Universidade Federal do Ceará.

**FORTALEZA - CE
AGOSTO/1999**

Esta monografia foi submetida à coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/>  Hiran Sobreira Teles Filho	Média <hr/> <u>1 -</u>
<hr/>  Profa. Célia Maria Braga Carneiro	Nota <hr/> <u>1</u>
<hr/>  Profa. Fátima de Souza Freire	Nota <hr/> <u>1</u>
<hr/>  Prof. José Alberto Soares	Nota <hr/> <u>1</u>

Monografia aprovada em 29 / 07 / 99

*“Deixar que os fatos sejam fatos naturalmente,
sem que sejam forjados para acontecer.
Deixar que os olhos vejam pequenos detalhes lentamente,
deixar que as coisas que lhe circundam
estejam sempre inertes
como móveis inofensivos,
prá lhe servir quando for preciso
e nunca lhe causar danos morais, físicos ou psicológicos.”*

Chico Science

A
Margarida Militão,
responsável pelo meu
desenvolvimento moral e
intelectual.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por estar presente em todos os momentos da minha vida, dando-me alegria para celebrar as vitórias, força para suportar as tristezas e determinação para alcançar meus objetivos.

À professora Célia Maria Braga Carneiro, minha orientadora, pela sua dedicação no desenvolvimento deste trabalho, o qual, sem sua importante ajuda, não teria sido concretizado.

À Universidade Federal do Ceará, em particular ao Departamento de Contabilidade, nas pessoas da coordenadora, professores e funcionários.

Aos amigos Marcos Antônio, Ulisses Monteiro, Professor Vianey Mesquita e Paulo Sérgio, pelo apoio e incentivos prestados na elaboração desta monografia.

Aos meus pais, Hiran Sobreira Teles e Margarida Maria Militão Teles, e à minha irmã, Karla Militão, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

À Lidianne Monteiro, por acompanhar-me nas dificuldades apresentadas e pelo apoio espiritual e dedicação.

À Dona Raimundinha, pela confiança nos meus conhecimentos e estímulo à realização.

E aos demais, que de alguma forma contribuíram na elaboração desta monografia.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	VII
LISTA DE TABELAS.....	VIII
1. INTRODUÇÃO.....	09
1.1. Objetivos.....	12
1.1.1. Objetivo Geral.....	12
1.1.2. Objetivos Específicos.....	12
1.2. Hipóteses.....	12
2. A EMPRESA TÊXTIL DO CEARÁ.....	13
2.1. Aspectos Introdutórios.....	13
2.2. Desempenho do Setor Têxtil.....	14
2.3. Competitividade do Setor Têxtil Cearense.....	18
2.3.1. Varáveis.....	18
2.3.2. Produção e Mercado.....	19
2.3.3. Capacitação Produtiva e Tecnológica.....	22
2.3.4. Recursos Humanos.....	26
2.4. Considerações Finais.....	30
3. CORREÇÃO MONETÁRIA.....	33
3.1. Inflação.....	33
3.1.1. Tipos de Inflação.....	33
3.1.2. Conseqüências da Inflação.....	35
3.2. A Inflação Brasileira.....	36
3.3. Quadro Atual da Economia Brasileira.....	41
3.4. Desenvolvimento da Correção Monetária.....	44
3.4.1. Correção Monetária do Balanço.....	46
3.4.1.1. Aspectos Teóricos.....	46
3.4.1.2. Legislação Pertinente.....	48
3.4.2. Correção Monetária Integral.....	50
3.4.2.1. Aspectos Teóricos.....	50
3.4.2.2. Legislação Pertinente.....	52
3.5. A Extinção da Correção Monetária.....	53
4. METODOLOGIA.....	55
5. O IMPACTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A EMPRESA CASUAL S/A... 58	58
5.1. Identificação da empresa.....	58
5.2. Análise dos Questionários.....	59
5.3. Modelo de Correção Monetária.....	60
5.3.1. Aspectos Teóricos.....	60
5.3.2. Aplicação na Empresa Casual S/A.	62
5.3.2.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.....	62
5.3.2.2. Investimentos.....	64
5.3.2.3. Imobilizado.....	65
5.3.2.4. Diferido.....	66



5.3.2.5. Capital Social.....	67
5.3.2.6. Outras Contas do Patrimônio Líquido.....	68
5.3.2.7. Resultado da Correção Monetária pelo Modelo Adotado.....	68
5.4. Impacto do Modelo Adotado.....	69
5.4.1. Balanço Patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício após o Modelo de Correção Monetária.....	69
5.4.2. Variação das Contas.....	71
5.4.2.1. Da Demonstração do Resultado do Exercício.....	71
5.4.2.2. Do Balanço Patrimonial.....	73
6. CONCLUSÃO.....	78
ANEXOS.....	81
BIBLIOGRAFIA.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Consumo do algodão consumido no Estado (Ceará – 1995).....	22
GRÁFICO 02 – Inflação (Brasil – 1834 – 1945).....	37
GRÁFICO 03 – Inflação (Brasil – 1950 – 1994).....	39
GRÁFICO 04 – Evolução do Dólar frente ao Real (Brasil – 1995 – 1998).....	42

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Valor de Transformação Industrial – (VTI) – (Brasil – 1985).....	13
TABELA 2 – Evolução do Segmento Fiação e Tecelagem frente ao Beneficiamento de Fibras (Ceará – 1985).....	16
TABELA 3 – Produção das Maiores Empresas (Ceará – 1985 a 1981).....	20
TABELA 4 – Velocidade das Máquinas da Indústria Têxtil (Ceará – 1995).....	24
TABELA 5 – Trabalhadores Sindicalizados (Ceará – 1995).....	28
TABELA 6 – Países que Adotaram a Liberação Cambial.....	42
TABELA 7 – Previsões dos Analistas de Mercado (Brasil – 1999).....	43
TABELA 8 – Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 1998 e 1997 (em milhares de lédias).....	63
TABELA 9 – Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 1998 e 1997 (em milhares de lédias, exceto o lucro ou prejuízo por ação).....	64
TABELA 10 – Ficha auxiliar 1.....	65
TABELA 11 – Ficha analítica 2.....	66
TABELA 12 – Ficha analítica 3.....	67
TABELA 13 – Ficha analítica 4.....	68
TABELA 14 – Correção Monetária do Balanço em 1998.....	69
TABELA 15 – Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 1998 (em milhares de lédias).....	70
TABELA 16 – Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 1998 (em milhares de lédias, exceto o lucro ou prejuízo por ação).....	71
TABELA 17 – Variação das Contas da Demonstração do Resultado do Exercício (1998).....	73
TABELA 18 – Variação das Contas do Balanço Patrimonial – Ativo Permanente (1998).....	74
TABELA 19 – Variação das Contas – Passivo e Patrimônio Líquido (1998).....	77

1. INTRODUÇÃO

A inflação tem como característica a elevação do preço dos bens e serviços de uma economia e, por isso, distorce a validade das informações adquiridas a partir das informações contábeis elaboradas de acordo com o princípio do custo como base de valor.

O DICMAXI – Dicionário Informatizado, define inflação como sendo: “a emissão excessiva de papel-moeda, provocando a redução do valor real de uma moeda em relação a determinado padrão monetário estável ou ao ouro”.¹

No Brasil, em razão da constante instabilidade econômica, tornou-se necessária a implantação de regras de indexação que permitissem reconhecer os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras, sendo a correção monetária o procedimento adotado para acompanhar as constantes variações da economia nacional.

A princípio, o artigo 185 da Lei N.º 6.404/76 apresentava critérios gerais de correção monetária. Porém, esse disposto foi revogado no início de 1989. A partir da Medida Provisória N.º 38, transformada em Lei N.º 7.738/89, revigorou-se a correção monetária, a qual foi novamente extinta através da Lei N.º 9.249/95.

Com a implantação do Real como moeda brasileira, imaginava-se que, finalmente, o Brasil atingiria a situação de estabilidade econômica, posição esta tão almejada por uma sociedade vítima dos altos índices de inflação e elevado grau de insegurança. Surgia outra moeda e com ela a impressão de que o Brasil teria conquistado a posição de modelo econômico equilibrado. Porém, há algum tempo, surgiu a perspectiva de inflação em razão de problemas estruturais bem característicos deste País, como: a dívida interna, o atraso tecnológico, os altos índices de desemprego e a falta de competitividade da empresa nacional, aliados à crise mundial dos países emergentes, que já havia se instalado nos Tigres Asiáticos, Japão e Rússia, resultando na desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar americano.

¹ DICMAXI Michaelis Português. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. DTS Software Brasil Ltda, 1998.

Com a desvalorização do Real, tem-se como consequência imediata o retorno das taxas inflacionárias e, com elas, a necessidade de proteger a desvalorização da moeda, o patrimônio e mesmo que os efeitos sejam decorrentes de baixas taxas anuais, o seu acúmulo trará distorções na avaliação dos ativos e dos passivos não – correntes, nos quocientes de rentabilidade, lucro por ação etc.

Sabendo-se que a legislação pertinente à correção monetária reconhece que os bens que pertencem ao permanente e ao patrimônio líquido das empresas devem ser corrigidos, torna-se evidente a necessidade de estudarmos estes itens com maior especificidade nas indústrias de transformação têxtil da economia brasileira, visto que essas empresas possuem, geralmente, valores relevantes nas contas desses grupos.

Conforme dados da FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará, o setor têxtil representa para o Ceará 16,5% do PIB estadual, 35% do Valor de Transformação Industrial – VTI das indústrias de transformação e 40% do consumo de energia industrial. Em virtude da importância econômica dessa atividade para o Estado, estudaremos os efeitos da correção monetária, relacionados no parágrafo anterior, no setor têxtil cearense.

Atualmente, o Ceará possui 20(vinte) empresas que praticam esta atividade e 30% destas possuem pelo menos 500(quinhetos) funcionários, o que garante aproximadamente 18 mil empregos diretos. Este setor é responsável pelo consumo de cerca de 160 mil toneladas de algodão, sua principal matéria – prima, tornando o Estado do Ceará o 2º maior importador de algodão do País.

Para ratificar a importância da indústria têxtil cearense, conferimos que o faturamento anual está em torno de R\$ 2 (dois) bilhões, e que o investimento em maquinaria, em 1996, alcançou R\$ 150(cento e cinquenta milhões). Em decorrência da concorrência externa 6(seis) empresas possuem o certificado ou estão em processo de certificação pelas ISO 9001/9002.

De acordo com os fatos relacionados, torna-se necessário elaborar um estudo específico sobre o efeito da correção monetária nas demonstrações financeiras das organizações, o qual terá como objeto de estudo o Balanço Patrimonial e a Demonstração

do Resultado do Exercício das empresas têxteis do Ceará, em virtude da marcante contribuição deste setor para o desenvolvimento desta Unidade federada.

Tendo em vista a importância da indústria têxtil cearense, essa pesquisa foi elaborada utilizando-se de duas modalidades de coleta de informação:

- referência bibliográfica;
- estudo de caso.

No tocante ao setor têxtil cearense, apresentamos na pesquisa um estudo que busca avaliar a importância da tecelagem do Ceará, a partir da análise da competitividade das indústrias locais com o mercado nacional e internacional, procurando fundamentá-la através das variáveis: produção e mercado, capacitação produtiva e tecnológica e dos recursos humanos.

Quanto à correção monetária, nos deparamos com muitas fontes de referência bibliográfica, o que nos proporcionou abordar o assunto, analisando os conceitos de inflação e os seus efeitos na economia brasileira, bem como os de correção monetária e a sua aplicabilidade nas demonstrações contábeis.

Para a realização do estudo de caso, utilizamos um questionário curto, de 10(dez) quesitos, constituído de perguntas de múltipla escolha, com única opção, e quatro opções de gradação, empregando a escala Likert. A escolha do respondente variou de discordo muito a concordo muito, tendo sido este instrumento aplicado em uma indústria de grande destaque no setor têxtil cearense.

Realizamos, ainda, uma entrevista com perguntas subjetivas, fundamentadas partir de um questionário composto por 22 (vinte e dois) itens. Este procedimento nos proporcionou aprofundar o conhecimento da organização avaliada pelo estudo de caso.

Outra metodologia aplicada para analisar os efeitos da correção monetária sobre o patrimônio da empresa em questão configurou-se na análise do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício da referida empresa, no exercício findo em 31 de dezembro de 1998.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar o reflexo da correção monetária sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício das grandes empresas têxteis do Estado do Ceará.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Analisar qual o comportamento da empresa envolvida no estudo e a posição dos seus administradores sobre os efeitos inflacionárias no patrimônio societário.
- Verificar qual o impacto da correção monetária sobre as contas do Balanço Patrimonial e sobre a Demonstração do Resultado do Exercício.
- Identificar as conseqüências do retorno da correção monetária para o patrimônio das empresas têxteis.

1.2. Hipóteses

- Os executivos das empresas têxteis são favoráveis ao retorno da correção monetária no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
- Os impactos da correção monetária afetam diretamente as contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.
- Os efeitos da inflação poderão causar grandes distorções para o resultado do exercício, tornando a atividade têxtil menos competitiva.

2. A EMPRESA TÊXTIL DO CEARÁ

2.1. Aspectos Introdutórios

Observando a indústria têxtil cearense nas décadas de 70 e 80, podemos perceber que o seu desempenho, no geral, reflete as tendências mais amplas do setor têxtil nacional e nordestino, mas com algumas características que devem ser consideradas.

As estatísticas referentes ao período citado demonstram que a indústria têxtil cearense apresenta um comportamento bastante positivo, uma vez que os indicadores utilizados evoluíram satisfatoriamente. Os dados do Censo Industrial revelam que o desenvolvimento do setor no Ceará foi mais expressivo do que no Nordeste e no Brasil. Isto evidencia que o impacto do programa de modernização e expansão do setor foi melhor sentido no Ceará.

Isto nos permite perceber que durante a década de 70 o Valor da Transformação Industrial (VTI) têxtil cearense apresentou taxa crescente e nível superior à do Brasil e à do Nordeste no mesmo período. Já no ano de 1985, sua taxa de crescimento se reduziu, embora continuasse positiva. Considerando o quadro nacional e regional de **desaquecimento da economia**, pode-se afirmar que, no Estado, apesar da crise dos anos 80, a indústria têxtil vem reagindo positivamente. Veja tabela abaixo.

Tabela 1 - Valor de Transformação Industrial – (VTI)
Brasil – 1985

PERÍODO	INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA (%)	INDÚSTRIA TÊXTIL NORDESTINA (%)	INDÚSTRIA TÊXTIL CEARENSE (%)
DÉCADA DE 70	351,10	517,70	751,62
EM 1985	- 6,76	8,90	20,15

Fonte: Censo Industrial – FIBGE.

Uma argumentação que pode validar a explicação de tal fato refere-se aos projetos têxteis, com recursos da FINOR, elaborados para as indústrias do Ceará, durante esse período. Segundo informações do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, do Banco do Nordeste do Brasil (ETENE/BNB), do percentual de recursos liberados para a indústria nordestina, em torno de 15% destinavam-se à indústria têxtil, cuja maior concentração está no Ceará, que vem absorvendo parcelas crescentes dos recursos, chegando, a partir de 1983, a absorver 50% do total dos recursos liberados para o setor têxtil nordestino.

Pode-se concluir que a indústria têxtil cearense vem adquirindo resultados crescentes frente ao setor nordestino. Tal tendência fica mais explícita quando observamos o crescimento da proporção de absorção dos recursos do FINOR. Neste caso, é de se compreender que existem fatores locais que tornam a conduta empresarial diferente, quando da escolha do local para investir, nesse setor. Provavelmente, a tradição de estado produtor de algodão (que se encontra em decadência) e disponibilidade de mão-de-obra abundante podem explicar a maior atratividade do Estado. Observe-se que esta maior atratividade trouxe para o Ceará significativa parcela dos investimentos que representavam maior expansão de capitais nacionais com sede fora do próprio Nordeste, o que demonstra, mais uma vez, que o Ceará apresenta maior dinamismo no setor do que os demais da Região.

2.2. Desempenho do Setor Têxtil

Segundo os Professores ROSA & MELO², um dos indicadores mais simples e imediatos para se identificar o desempenho de uma indústria é a sua produtividade, a qual pode ser entendida como o produto por unidade de recursos utilizados. Em virtude das dificuldades de informações, em geral, simplifica-se o indicador para o produto por trabalhador. Há de se reconhecer que este indicador traz implicitamente a questão tecnológica pertencente à própria indústria, questão essa que se associa à qualidade e modernidade dos equipamentos utilizados. Ou seja, equipamentos mais modernos e de

² ROSA & MELO. O Poder Competitivo da Indústria Têxtil Cearense no contexto nordestino e brasileiro. Revista Econômica Nordeste.

melhor qualidade proporcionando um melhor desempenho. Sendo assim, na comparação entre indústrias, as empresas que possuem os melhores índices serão as mais competitivas. Nessa perspectiva, pode-se perceber o comportamento da produtividade da indústria têxtil cearense e compará-la com o setor nacional e regional.

As evidências sobre o comportamento produto por unidade do Brasil e do Ceará mostram que na década de 70 a produtividade da indústria têxtil cearense foi quase igual à brasileira – o que denota o êxito do programa de modernização do setor – evoluindo de forma satisfatória, chegando a equiparar-se e até superar a nacional em 8,45%, em 1985. Ora, considerando o argumento anterior, pode-se perfeitamente aceitar o fato de que, a partir do início dos anos 70, a indústria têxtil do Estado foi adquirindo posição no âmbito nacional, sendo acompanhada por uma ação modernizadora que proporcionou a recuperação de sua competitividade a superar o padrão tecnológico nacional médio.

Destaca-se que este resultado não é suficiente ao ponto de o setor se descuidar da absorção de tecnologia, uma vez que, com a globalização, tende-se a manutenção de tecnologia “de ponta”, mais eficiente e eficaz, tornando a indústria mais competitiva. Neste caso, se porventura a indústria têxtil crescer mais rapidamente em outras regiões, o Ceará poderá perder seu espaço no mercado e torna-se defasado tecnologicamente, refletindo assim em uma redução relativa da sua capacidade de produção.

Observa-se, ainda, que no período de 70/80, época de bom desempenho da economia nacional, as indústrias têxteis brasileiras e cearenses vinham crescendo. Todavia, no primeiro quinquênio da década de 80, evidenciou-se uma diferenciação de comportamento da produtividade, decrescendo a do País e crescendo a do Estado.

Outra face do comportamento da produtividade é a evolução salarial e do tamanho dos estabelecimentos. Conforme dados das empresas analisadas, verifica-se que as unidades produtivas que pagam maiores salários apresentam maior escala de produção e, em geral, são exatamente as mais produtivas.

No que diz respeito ao tamanho, observa-se a superioridade da média nacional em 1970, pois o tamanho médio da indústria têxtil cearense, medido pelo VTI por estabelecimento, ficava em torno de 49,89% do brasileiro. No entanto a diferença foi

reduzida, chegando a média do Estado até a superar a média nacional em 1985, ano em que a proporção ficou situada em 151.99%.

No estudo elaborado pelo Professores ROSA & MELO, a indústria têxtil cearense foi classificada em 3 ou 4 dígitos, para tornar perceptíveis as peculiaridades do Ceará em relação ao Brasil. Com este procedimento, identificou-se que, no âmbito nacional, em 1970, o segmento fiação e tecelagem detinha uma expressiva participação (60,89% do pessoal ocupado e 56,45% do VTI da indústria têxtil como um todo), vindo esta proporção a crescer mais ainda até 1985 (72,38% do pessoal ocupado e 71,30% do VTI da indústria têxtil como um todo). Este é um indicador mostrando que no País, o maior dinamismo da indústria têxtil está no segmento de fiação e tecelagem. Detalhando um pouco mais, nota-se que fiação e tecelagem em algodão, a partir de fibras artificiais, vêm ganhando destaque. No caso do Ceará, constata-se que o segmento beneficiamento de fibras têxteis detinha uma significativa participação no mercado local. No entanto, é notória a sua perda de posição, enquanto o setor de fiação e tecelagem evoluiu (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução do Segmento Fiação e Tecelagem frente ao Beneficiamento de Fibras Ceará –1985

PERÍODO	SEGMENTO FIAÇÃO E TECELAGEM (%)	BENEFICIAMENTO DE FIBRAS NO CEARÁ (%)
DÉCADA DE 70	22,30	63,39
EM 1985	68,63	28,31

Fonte: Censo Industrial – FIBGE.

“Observa-se que o segmento beneficiamento de fibra têxteis, no caso do Ceará, é fortemente marcado pelas atividade de processamento e beneficiamento do algodão, sem grandes transformações do produto. Como o setor algodoeiro do estado passou por uma grave crise nos últimos anos, encontra-se em fase de desaquecimento, com possível desativação de inúmeras formação do quadro delineado.”³

³ ROSA & MELO. Op. cit., p. 282.

Conclui-se que um problema vem afetar o segmento fiação e tecelagem do Ceará: a falta de matéria-prima de origem local. As formas encontradas para contornar esta dificuldade são duas: a importação de fibra de algodão de outros estados e do Exterior e o desenvolvimento da fiação e tecelagem com a utilização de fibras artificiais. Confirmando isso, as estatísticas evidenciam que em 1970 predominavam fiação e tecelagem em algodão; posteriormente, veio o segmento que utiliza fibras artificiais. É nesta nova base que se situa a indústria têxtil cearense.

Por esses argumentos, é notório que, no setor têxtil cearense, o segmento que mais desenvolveu foi o de fiação e tecelagem, destacando-se o grupo que utiliza fibras artificiais. No caso deste último grupo, nele encontramos maior produtividade, salários mais elevados e menor parcela salarial, o que vem a indicar que este dispõe de processos que lhe permitem melhor desempenho financeiro, motivando o empresário a investir e justificar o porquê da maior atualidade tecnológica do segmento de fiação e tecelagem no Ceará, em relação ao Nordeste, e da sua aproximação e até superação do nível médio nacional.

Com relação às exportações do Nordeste e do Ceará, observando as estatísticas fornecidas pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC, constata-se que, no intervalo dos anos 84-86, caracterizaram-se pela relativa estabilidade econômica, e é exatamente nesses anos que o comportamento das exportações, tanto no âmbito regional como estadual, apresenta queda (US\$ 31,385 milhões em 1984 para US\$ 18,831 milhões em 85 e US\$ 12,774 milhões em 86). Já nos anos de acentuação da crise, observa-se um crescimento das vendas para o Exterior.

As mesmas estatísticas demonstram que o Ceará tem como principal mercado absorvedor de seus produtos têxteis parte dos países da Organização do Comércio Europeu – OCDE. As exportações têxteis cearenses são, na grande maioria, de fios ou tecidos sem acabamento, os quais seguem, em boa parte, para aqueles países, que produzem o tecido melhor, processando para o consumo interno ou para exportação. Conclui-se, assim, que os produtos têxteis cearenses destinados ao mercado internacional, em geral, não passam por toda a cadeia produtiva de tecidos acabados, mas apenas por uma parcela do processo.

“Através disso, já se pode perceber a fraca integração vertical do setor no Estado, carecendo o mesmo de mais investimento e modernização em tecelagem, notadamente em acabamento, a fim de que se tenha um setor tão competitivo quanto o dos países desenvolvidos.”⁴

Torna-se evidente que, se a indústria têxtil cearense não atingiu o que poderia ser considerado seu ponto ideal, seu desempenho foi positivo e indicativo de que, pelo menos em comparação com o Nordeste e com o Brasil, é um setor que traz expectativa de expansão econômica para o Estado.

2.3. Competitividade do Setor Têxtil Cearense

2.3.1. Variáveis

Baseado na avaliação realizada pelos professores ROSA & MELO, identificam-se as diferenças entre empresas, dividindo as unidades produtivas em dois grupos:

- a) As maiores, formadas por aquelas cujo tamanho foi superior ao da média das empresas pesquisadas;
- b) As menores, formadas pelas de tamanho inferior.

O que se observou foi que, geralmente, o critério adotado para a definição de tamanho é o número de empregados. Tal procedimento, apenas, restringe uma análise mais profunda, visto que essa metodologia não diferencia o grau de modernização das indústrias. Objetivando contornar o problema, podemos destacar outras variáveis que nos poderão fornecer maiores esclarecimentos sobre a atividade industrial em geral. São elas: faturamento, capital social, capacidade instalada, produtividade e participação no mercado internacional.

O procedimento torna-se válido, visto que as grandes empresas possuem maior poder financeiro e de mercado, detêm informações privilegiadas do estágio tecnológico do

⁴ ROSA & MELO. Op. cit., p. 284.

setor (em termos nacionais e internacionais) e poder de investimento para a aquisição de equipamentos modernos.

Demonstrados estes fatos, destacaremos o aspecto competitividade sob a óptica das seguintes variáveis: produção e mercado, capacitação produtiva e tecnológica e dos recursos humanos, variáveis estas que nos poderão conceder informações relevantes sobre o setor têxtil cearense.

2.3.2. Produção e Mercado

As empresas analisadas pelos professores ROSA & MELO demonstraram uma capacidade instalada para produzir 40.151,9 toneladas de fios/ano, que variava de 1920t/a a 8.605,2t/a. As tecelagens apresentam capacidade para produzir em torno de 25 milhões de metros de tecidos por ano, seguindo as mesmas características no que se refere às disparidades na capacidade produtiva instalada, verificadas nas fiações. Logo, revela-se a presença de empresas heterogêneas operando na mesma atividade industrial e com diferentes margens de lucro.

Nota-se que as companhias analisadas operaram, em média, nos últimos 10 (dez) anos, perto da plena capacidade ociosa não planejada. Para reverter tal situação, produto da dificuldade de absorção do mercado interno, em período de recessão, houve a necessidade de se conquistar mercados, sendo solução imediata a criação de processos de exportação. No entanto, para se conquistar a expansão do mercado através das exportações, a indústria têxtil cearense só alcançará este objetivo, atualizando seu “parque tecnológico”, permitindo, conseqüentemente, melhor resultado no binômio qualidade/preço, elementos fundamentais na conquista do mercado externo. Para ROSA & MELO, “esses aspectos podem ser considerados para as maiores empresas do Estado, que formam um grupo de destaque em relação às demais pelas características observadas, colocando-se em padrões competitivos internacionais.”⁵

Outro elemento a ser considerado no mecanismo concorrencial dessa indústria, presente nas observações feitas e que justifica o alto índice de utilização da capacidade instalada nos últimos 5 anos, é a especialização das unidades fabris na produção de

⁵ ROSA & MELO. Op. cit., p. 286.

determinados tipos de produto. Destaca-se, no caso da fiação, a produção de fios convencionais 100% algodão, de misto poliéster/algodão e de *open-end*, este último tipo com menor participação.

Mesmo com o fraco desempenho da economia brasileira na década passada e o crescimento das taxas de desemprego, durante o período, nota-se a decisão de expandir a capacidade instalada nos anos 90, observando-se que a indústria têxtil cearense não só realizou expansões e modernizações de certas unidades, como também verifica-se a entrada de novas empresas, expandindo-se, por conseguinte, a capacidade total instalada dessas novas empresas.

É importante verificarmos que todas as empresas que compõem a amostra, analisada pelos professores ROSA & MELO, produzem fio convencional 100% algodão, e delas 50% fabricam fio misto poliéster/algodão..

A tabela abaixo demonstra a produção das maiores empresas analisadas, que são responsáveis por, em média, 58% do total da produção do conjunto das empresas analisadas, no período 1985-1991, tendo como destaque a produção de fio convencional 100% algodão.

Tabela 3 - Produção das maiores Empresas
Ceará - 1985 a 1991

ATIVIDADE	PARTICIPAÇÃO NO MERCADO%
Fio convencional 100% algodão	54,53
Fio misto poliéster/algodão	63,00
Fio <i>open-end</i>	65,59

Dados: FIEC.

Em termos de mercado consumidor, os dados revelaram que o Sul e o Sudeste do País respondem como o principal destino das mercadorias das empresas de fiação e tecelagem do Ceará, adquirindo, em 1991, um total de 18.561,28 toneladas de fios, o que representa 67% da produção das empresas analisadas. A produção de fios por empresa, destinado àquelas regiões variou de 57% a 100%.

No ano de 1995, uma quantidade igual a 5.674,73 toneladas de fios (20,58%) destinou-se ao mercado externo; cerca de 3.189,6 t (11,56%) foram comercializadas no mercado regional (estados da Região Nordeste, excluindo o Ceará) e somente 153,05 (0,55%), o que corresponde a 8,35% da produção de uma empresa de pequeno porte, destinava-se ao mercado cearense.

As maiores empresas participaram, em 1991, com 71% da exportação de fios cearenses destinados à Região Centro-Sul do País e 93% das vendas do Estado para o Exterior. Por outro lado, verifica-se que, para os mercados local e regional, não existem números expressivos nas vendas de fios por parte dessas grandes empresas. Com isto, torna-se evidente que as maiores empresas possuem a maior fatia do mercado externo ocupado pelo setor têxtil, enquanto o mercado da Região Nordeste e o Estado são atendidos pelas empresas menores.

É importante verificar que os números referentes às exportações das empresas aumentaram até metade desta década, fenômeno este combinado a fatores tais como:

- a) aumento da produtividade e melhoria da qualidade, em virtude da execução de projetos de expansão e modernização;
- b) isenção do ICMS sobre os produtos exportados;
- c) retração do mercado nacional.

Um dos fatores que motivam as vendas em quantidades substanciais dos fios cearenses para as Regiões Sudeste e Sul é o número de tecelagens instaladas nessas regiões, visto que, na Região Nordeste e no Ceará, não há a predominância dessa atividade industrial. Logo, podemos concluir que o parque têxtil cearense é responsável por uma etapa da produção que se completa no Centro-Sul brasileiro.

Embora o setor têxtil apresente números favoráveis nas exportações, verifica-se que os produtos têxteis brasileiros, em especial os fios e tecidos de algodão, encontram restrições no mercado externo, tanto nos Estados Unidos como na Comunidade Econômica Européia, em função do estabelecimento de quotas de importação e das exigências de manutenção e crescimento dessas. Os descumprimentos das quotas resultam em penalidades às empresas de fiação e tecelagem, obrigando-as, assim, a manter um fluxo contínuo de exportações.

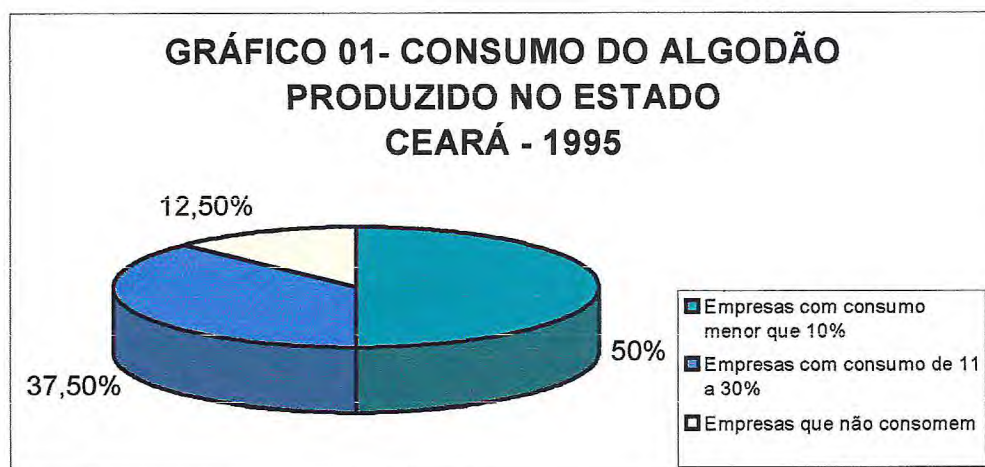
Logo, para se manterem competitivos nos mercados nacional e internacional, os empresários têm conhecimento de que os fatores internos das empresas – tais como planejamento básico, o aprimoramento tecnológico, a eficiência na produção e uma boa articulação entre planejamento, produção e *marketing* – são fundamentais. Porém, eles admitem que a recuperação da economia e a existência de políticas voltadas para o setor são fatos que podem proporcionar melhores resultados para os produtos têxteis cearense.

2.3.3. Capacitação Produtiva e Tecnológica

O algodão, a matéria-prima do setor têxtil, constitui-se no principal problema das indústrias cearense, em razão da sua má qualidade e da escassez de oferta local, o que torna necessária a importação desde outros estados do Nordeste e/ou de outras regiões, e mesmo do Exterior, possibilitando, dessa maneira, que as empresas tenham acesso a uma matéria-prima adequada para atender às exigências do mercado consumidor.

O fornecimento desta matéria-prima de qualidade é assegurado pelas empresas locais, através de contratos de compra e venda mantidos com fornecedores das regiões Sudeste e Sul do País, porquanto o algodão produzido no Ceará e na Região Nordeste apresenta baixa qualidade e pequena escala de produção, não sendo, portanto, suficiente para suprir as necessidades do setor.

Ao analisar os dados da pesquisa, podemos propor o seguinte gráfico do consumo de algodão no ano 1995:



Fonte: FIEC.

Esclarecemos que o abastecimento de algodão para as empresas de maior porte do setor têxtil do Ceará é efetuado por fornecedores de outras regiões do País, respondendo o Sul e o Sudeste por aproximadamente 80% do algodão consumido por este grupo. O Nordeste participa com o percentual de menos de 20% do algodão consumido por esse grupo, enquanto o exterior contribui com pequenas porcentagens. Para essas empresas, o principal elemento para selecionar os fornecedores é a qualidade da matéria-prima, seguida do preço.

Outro fator relevante para analisar o aspecto o setor industrial em geral diz respeito à situação dos equipamentos da produção. Quanto aos equipamentos utilizados na indústria têxtil cearense, fica explícita a heterogeneidade tecnológica que se apresenta entre as empresas do Estado. Em seus estudos, ROSA & MELO revelam que: “a descontinuidade tecnológica do setor permite que, nas várias etapas do processo produtivo, sejam possíveis diversas combinações tecnológicas relativamente independentes entre si.”⁶

Registra-se na pesquisa que mais de 50% dos filatórios existentes é a anel, enquanto apenas cerca de 2,0% são a rotor. Estes possuíam, até 1995, a idade variando de 3 a 15 anos. O conjunto mais recente, menos de 5 anos, apresentava produtividade bem superior (140kg/h) a d o mais envelhecido (58kg/h). Observou-se que, também, metade das empresa apresentava os fusos com idade inferior a dez anos. Isto é consequência de 25% das empresas terem iniciado suas atividades no começo desta década e outras haverem realizado a modernização neste mesmo período.

No caso da fiação, 64% das empresas dispunham de filatórios a rotor na faixa entre 11 a 15 anos; enquanto isso, 36% eram detentoras dessas máquinas com idade inferior a 10 anos. Dos filatórios a anel, 49% das empresas possuíam esses equipamentos há menos de 10 anos, 38% na faixa entre 11 a 15 anos.

Em relação às tecelagens, os teares a jato de ar têm até 9 anos de uso; já os teares com lançadeiras, para 83% das empresas, têm acima de 20 anos.

As maiores empresas apresentaram 50% do total dos filatórios a anel instalados no Estado do Ceará até metade desta década, dos quais a totalidade tem idade inferior a 20

⁶ ROSA & MELO. Op. cit., p. 289.

anos, enquanto que, para o conjunto das empresas, o percentual é de 28,3%.

Quanto aos filatórios a rotor, os autores verificaram que 73% dos instalados pertenciam às maiores empresas. A presença desses equipamentos reflete a necessidade de produzir fios *open-end*, que utilizam técnicas específicas e mais modernas. As empresas, dessa forma, buscam conquistar mercados, diversificando a sua linha de produção.

Outro parâmetro destacável e que deve ser observado é a velocidade operacional que os equipamentos proporcionam. As empresas de fiação, no geral, trabalham com equipamentos com velocidade que superam a média das indústrias nacionais, porém, quando comparadas aos índices internacionais, as empresas não apresentam o mesmo desempenho. A tabela 5 demonstra o desempenho de algumas máquinas existentes nas indústrias têxteis cearense e, em alguns casos, as compara com as nacionais e internacionais.

Tabela 4 - Velocidade das máquinas da indústria têxtil
Ceará – 1995

MÁQUINA	INDÚSTRIAS INTERNACIONAIS	INDÚSTRIAS NACIONAIS	INDÚSTRIAS LOCAIS
Filatórios a anel	12.000 a 21.000 rpm	-	13.096 rpm
Filatórios <i>open-end</i>	80.000rpm	-	65.000 rpm
Cardas	-	65rpm	142,9 rpm
Filatórios a rotor	-	-	100.000 rpm
Maçaroqueira	-	-	1.083,3 rpm
Urdideiras	800 m/min	800 m/min	450 m/min
Teares s/ lançadeira	-	700 bat./min	500 bat./min
Teares c/ lançadeiras	-	180 bat./min	180 bat./min

Dados: Revista Econômica do Nordeste - Fortaleza.

Ao observar as empresas de grande porte em suas análises, os professores ROSA & MELO constataram que seus equipamentos possuem velocidade média superior à do conjunto das cardas, nas maçaroqueiras e nos filatórios a anel e a rotor dos equipamentos instalados no Ceará. Obviamente, velocidades maiores resultam em níveis de

produtividade superiores, o que reforça a condição de que os equipamentos modernos são elementos importantes para reforçar o poder competitivo da empresa.

As maiores companhias são responsáveis pelo maior percentual de difusão de dispositivos microeletrônicos nas diversas seções da empresa. Na produção, essas empresa dispõem, em média, de 81% de suas atividades com participação direta e/ou indireta desses dispositivos. Sem dúvida, esses mecanismos são elementos indispensáveis para a qualidade e produtividade, que vão definir o potencial competitivo da empresa no mercado interno e externo.

O Estado do Ceará se destaca em número de empresas que se utilizam dos dispositivos ora citados. Observa-se que as indústrias locais apresentaram os maiores índices de difusão, o que se torna bastante compreensivo, haja vista a recente constituição do seu parque industrial, onde predominam fiações, com incentivo da SUDENE/FINOR na década de 70.

“Sabe-se que a indústria têxtil é absorvedora de tecnologia e que, se por um lado, esta se reflete em aumento de produtividade, redução de custo de mão-de-obra, energia, entre outros, por outro, a introdução das inovações eleva, consideravelmente, os custos iniciais e requer matéria prima de qualidade superior”⁷

Podemos identificar, ainda, na pesquisa dos professores ROSA & MELO, que o *just-in-time* interno, no que se refere à redução de estoques intermediários, é praticado por mais da metade das empresas analisadas, envolvendo mais de 75% das seções produtivas destas. No entanto, o *just-in-time* externo apresentou-se com dificuldade de implantação, em razão do aspecto de sazonalidade do algodão, da distância das empresas com os fornecedores e da falta de confiabilidade nestes últimos.

Quanto ao controle de qualidade, observou-se que todas as empresas adotavam método convencional de inspeção de produtos acabados, sendo que 50% aplicavam os mais diferentes instrumentos, em todos os setores, através de equipe preparada, documentação para controle e variada aparelhagem.

⁷ ROSA & MELO. Op. cit., p. 292.

Finalmente, as empresas analisadas procuravam desenvolver a qualidade total, para que, dessa maneira, conquistassem a competitividade no mercado, utilizando-se dos diversos instrumentos e documentação necessários para este processo.

2.3.4. Recursos Humanos

É possível identificar, conforme informações obtidas, que as maiores empresas, representantes de 37,5% do número de unidades produtivas pesquisadas por Antonio ROSA & M. Cristina P. MELO concentram aproximadamente 59% dos trabalhadores do setor, enquanto as menores, 62,5% participam com 41% dos empregados.

Ratificando estes índices, verificou-se que as grandes indústrias empregam, em média, 1.138 trabalhadores por empresa, enquanto as menores empregam, em média, 476 trabalhadores. A média geral encontra-se no patamar de 827 trabalhadores. Estes parâmetros por si, são indicadores das diferenças apresentadas pelas indústrias têxteis cearenses.

Observa-se diferenciação na estrutura da relação de trabalho, ressaltando-se que as maiores empresas empregam, proporcionalmente, mais trabalhadores ligados à área da administração. “Este resultado confirma a proposição de que as unidades produtivas maiores adotam técnicas que se ajustam à manutenção de uma proporção superior de tal categoria de trabalhadores em seus quadros, dado que os processos de produção e de trabalho adotados no setor são cada vez mais exigentes, no que diz respeito ao planejamento e controle”⁸

Os dados fornecidos pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC demonstram que, em média, as empresas cearenses apresentam uma maior proporção de empregados exercendo as funções de operadores de máquinas e de auxiliares de produção. Estes correspondem à mão-de-obra que se apresenta mais disponível no mercado, pois são o grande contingente de trabalhadores pertencentes ao mercado secundário de trabalho.

⁸ ROSA & MELO. Op. cit., p. 293.

Outro aspecto importante revela-se nas menores empresas, que mantêm em seus quadros uma proporção de mestres, contramestres e operadores de máquinas com idade superior a 35 anos, superando a média das demais organizações. Este fenômeno pode estar associado à tradição de essas empresas serem as mais antigas do ramo, caracterizando-as como detentoras de mão-de-obra com maior idade e dotadas de uma tecnologia mais defasada, tecnologia esta que exige mais conhecimento por parte dos trabalhadores, que só a adquirem com o passar do tempo. Já as indústrias de porte superior adotam técnicas que diminuem as exigências de experiência dos seus trabalhadores.

Em relação ao grau de instrução, o pessoal administrativo e o *staff* técnico apresentam, basicamente, formação média. Nas unidades produtivas consideradas por A. ROSA & MELO, verifica-se que 58,4% dos trabalhadores possuem segundo grau (completo e incompleto). Já aqueles com primeiro grau (completo e incompleto) respondem por 19,4%, enquanto os que possuem formação superior (completa e incompleta) atingem a cifra de 22,2%.

Na medida em que se consideram outros grupos, a concentração dos trabalhadores de formação média ou inferior vai se tornando mais nítida. Na categoria dos mestres e contramestres, os trabalhadores com segundo grau representam 48,9% e os com primeiro grau respondem por 44,1%, caindo o percentual dos portadores de grau superior para 7,0%. Nessa categoria, já aparecem trabalhadores que adquirem sua formação através de cursos ou treinamentos formais, distintos da escolaridade tradicional (2,2%).

Já os operadores de máquinas, auxiliares de produção e trabalhadores de manutenção apresentam escolaridade média mais baixa ainda, sendo assim distribuídos:

- operadores: 86,9% com o primeiro grau;
- auxiliares: 84,5% com o primeiro grau;
- trabalhadores de manutenção, os quais apresentam distribuição que se aproxima dos mestres e contramestres: 70,6% com o primeiro grau.

Na categoria dos mestres e contramestres, as proposições há pouco lançadas anteriormente ficam mais evidentes. As maiores empresas detêm um contingente superior de trabalhadores de nível secundário e absorvem até trabalhadores de nível superior, em uma proporção significativa do que as empresas de menor dimensão.

Associando esta informação à idade, torna-se possível realizar algumas interferências. Salientamos que as menores empresas são as que mantêm em seus quadros uma menor proporção de trabalhadores jovens (18 a 35 anos). Logo, percebe-se que nestas empresas os trabalhadores com experiência são mais valorizados, o que caracteriza a utilização de tecnologias mais defasadas. Portanto, no setor em consideração, as empresas com maior porte empregam trabalhadores mais jovens, que apresentam maior grau de escolaridade, o que é uma das características do uso de tecnologia mais avançada em uma linha seriada taylorista-fordista de produção, principalmente, considerando-se que o desenvolvimento do setor apresenta tendências de automação.

O outro elemento importante que se relaciona ao fato constatado é o grau de sindicalização dos trabalhadores das unidades produtivas pesquisadas. As informações obtidas revelam que, na média, a indústria têxtil apresenta uma proporção de trabalhadores sindicalizados que não é muito expressiva, como demonstra a tabela 5.

Tabela 5 - Trabalhadores Sindicalizados
Ceará 1995

EMPRESAS	TRABALHADORES SINDICALIZADOS(%)
MAIORES	4,33
MENORES	63,30

Fonte: FIEC.

Esta constatação é de grande importância na explicação do fenômeno, pois as empresas de menor porte detêm máquinas mais defasadas, o que lhes exige manter trabalhadores com maior tempo de serviço na atividade, implicando maior relação interclasse e, conseqüentemente, num maior nível de sindicalização. Esta situação provoca maior homogeneidade dos salários e a manutenção de uma expressiva participação de tais custos no total das despesas.

Este é um quadro que apresenta as semelhanças e diferenças em relação ao modelo fordista de produção adotado nos países desenvolvidos a partir da Segunda Guerra Mundial, pois ali se intensificou a produção em massa; foi adotada tecnologia menos exigente, em termos de qualificação, para os trabalhadores de "chão-de-fábrica"; foi

ampliada a sindicalização e elevada a remuneração de trabalho, permitindo-se, assim, a ampliação do mercado consumidor e engrenando-se, desta forma, maior possibilidade de crescimento auto-sustentado. No caso em questão, a modernização está sendo acompanhada por uma menor exigência de habilidade daqueles trabalhadores; no entanto, essa modernização tende a manifestar um menor índice de sindicalização e rebaixamento dos salários.

Observando-se a rotatividade da mão-de-obra, é possível identificar maior movimento de vínculos entre operadores de máquina e auxiliares de produção. O fenômeno está de acordo com as expectativas, uma vez que os trabalhadores mais facilmente substituíveis encontram-se nestas categorias, pois os custos com recrutamento são menores. Além do mais, concentra-se, nestas operações, a maior parte do contingente de empregados das empresas.

Outro aspecto importante é que rotatividade da mão-de-obra nas indústrias têxteis do Ceará é menor para os trabalhadores administrativos e de *staff* técnico e de manutenção. Estas funções são exatamente as que a empresa, normalmente, procura evitar as variações no quadro de empregados.

São perceptíveis diferenças substanciais entre as empresas com um porte maior e as menores. Enquanto as maiores admitiram mais do que demitiram, as menores não tiveram o mesmo desempenho, apresentando uma política de pessoal inversa. Assim, evidencia-se que as unidades produtivas mais representativas encontravam-se em expansão, enquanto as demais sofreram retrações.

“Com isso, mais uma vez, percebe-se que a crise traz como consequência a redução da participação das empresas menores no mercado e ampliação da presença das maiores, intensificando-se o quadro de concentração de oligopolização”⁹

⁹ ROSA & MELO. Op. cit., p. 297.

2.4. Considerações Finais

Uma dos mais lúcidos procedimentos para orientar qualquer estudo do setor têxtil é admitir que ele é detentor de características peculiares que possibilitam os países emergentes participarem do comércio internacional. As peculiaridades podem ser observadas nos mais diversos aspectos, como: a abundante mão-de-obra inerente ao setor, as tecnologias disponíveis no mercado mundial, a diversidade de escalas de produção eficientes etc.

Balizado pelas características citadas, verificamos que os custos da indústria têxtil cearense assemelham-se à estrutura nacional. Portanto, as supremacias brasileiras e cearenses, em comparação com outros países que participam do mercado internacional, estão relacionadas, em parte, a alguns elementos de competitividade, como baixos salários, subsídios e incentivos. Os custos de energia no Brasil, por exemplo, correspondem aos mais baixos, comparados com os de países como Índia, Alemanha e EUA.

Mesmo com o custo de capital (juros e depreciação) sendo o maior peso tanto nacional como estadual, existem compensações para os elevados custos de capitais. O Ceará, como parte do Nordeste, possui vantagens adicionais, no que se refere a investimentos, que são executados por órgãos de fomento ao desenvolvimento regional. Respalado nisso, o Estado captou capitais das demais regiões e possibilitou a maior expansão da unidade produtiva local.

Devemos ressaltar, no entanto, que a capacidade de competir da indústria têxtil cearense não se associa apenas aos elementos espúrios. A competência produtiva e comercial tem se apresentado como ponto fundamental no poder competitivo das empresas. Várias delas utilizam automação industrial de base microeletrônica e novas técnicas organizacionais, acompanhando, assim, a tendência nacional.

Destaca-se o fato de ter-se iniciado nos anos 80, no Brasil, um ciclo de investimentos na indústria têxtil que possibilitaram a ampliação do "parque industrial" de geração tecnológica mais moderna. No Estado, estes recursos sanaram as indústrias têxteis até o início da década de 90. Há de se evidenciar o fato que, a cada conjuntura econômica interna favorável ao referido ciclo, é expandida e/ou modernizada a capacidade

produtiva da indústria, potencializando sua participação no mercado nacional e internacional.

Podemos considerar, ainda, que as empresas com maior porte apresentam-se na liderança do setor no mercado local e que os seus índices estão acima da média em todos os itens avaliados.

Assim, para conquistar as maiores fatias no mercado nacional e internacional, as empresas-líderes procuram favorecer o binômio produtividade e qualidade. Logo, são realizadas técnicas organizacionais modernas, tais como: a qualidade total e *just-in-time* interno, sendo que esta busca, sobretudo, reduzir os estoques intermediários; essas técnicas são responsáveis por um vínculo de sustentação das empresas.

Mesmo a indústria têxtil cearense conquistando um espaço no Exterior a um crescimento superior ao das indústrias brasileiras, suas dificuldades não são tão heterogêneas, e suas perspectivas estão orientadas para terem, no mercado nacional, outra via que possibilite escoar sua produção, uma vez que, conforme o empresariado, os preços são atrativos. Portanto, o ganho em capacidade de competir da indústria local está diretamente proporcional a um menor custo de produção, o que será conquistado com novas tecnologias e a redução dos custos com matéria-prima e capital.

A partir daí, pode-se inferir que as perspectivas de manutenção das empresas brasileiras e cearenses no mercado nacional têm suas fragilidades, as quais tendem a se evidenciar na medida em que se forem reduzindo as tarifas que incidem sobre as importações de produtos. Em uma situação como essa, ou as indústrias têxteis nacional e local encontram meios de se tornarem mais competitivas, ou deparar-se-ão com uma forte concorrência no próprio mercado nacional.

Um outro aspecto da questão é que as empresas locais se integram verticalmente com as tecelagens nacionais. Percebe-se aí que existe uma segmentação da indústria têxtil, sendo a fiação atraída localmente para onde se dispõe de mais incentivos fiscais – que representam um menor custo do capital – e de mão-de-obra mais barata. Já a tecelagem de maior competitividade é atraída pelo mercado, vindo, neste caso, a se concentrar nas regiões onde se apresenta um maior aglomerado urbano-industrial. Portanto, sua localização é mais predominante no Sudeste e no Sul do Brasil, ficando o Nordeste responsável pela parte do processo produtivo do complexo têxtil.

Finalmente, as maiores indústrias utilizam artifícios, na produção, que provocam a dedução da importância da força de trabalho para as funções, o que, conseqüentemente, pressiona os salários médios, promovendo reduções, provocando menores custos de mão-de-obra. Destacando-se o avanço tecnológico configurado nos países desenvolvidos, espera-se que o futuro seja caracterizado por uma tecnologia mais maleável, podendo esta ser adaptada aos diversos tipos de fios e que exigem uma mão-de-obra mais qualificada. Esta perspectiva está aproximando-se da efetivação e as indústrias poderão exercer uma nova política de administração de recursos humanos. Portanto, torna-se necessário um maior empenho para o desenvolvimento das transformações que se configuram, com a finalidade de identificar as novas necessidades dos seus trabalhadores, tais como cursos e treinamento.

3. CORREÇÃO MONETÁRIA

3.1. Inflação

A várias teorias sobre a inflação resultam da falta de uma teoria única suficiente e capaz de explicar todas as inflações que têm ocorrido nos diversos países. Para explicar as oscilações inflacionárias, os economistas têm formado diversas teorias, pois uma que parece ser plausível para determinada situação pode ser totalmente inadequada para outra situação.

ROSSETTI define inflação como sendo: "... a contínua, persistente e generalizada da expansão dos preços"¹⁰. Pode-se perceber, então, que a variação dos preços, para caracterizar um processo inflacionário, deve expandir genericamente os valores dos bens e serviços ofertados no mercado, não caracterizando, por exemplo, o aumento deste em função da escassez típica das inter-safras.

Sob uma visão monetária, este processo pode ser definido como "a emissão excessiva de papel-moeda, provocando a redução do valor real de uma moeda em relação a determinado padrão monetário estável ou ao ouro"¹¹. Normalmente, quando se emite papel moeda, tem-se de imediato efeitos inflacionários, provocando, dessa forma, a expansão geral dos preços.

3.1.1. Tipos de Inflação

A diversidade de processos inflacionários é bastante variável, o que explica o porquê da diversidade teórica apresentada pelos estudiosos. Podemos destacar as seguintes tipologias de inflação: inflação de custos, inflação de demanda, inflação reprimida, inflação galopante, hiperinflação, deflação e espiral inflacionária.

¹⁰ ROSSETTI. Introdução a Economia. 10ª ed. São Paulo, Atlas, 1984, p. 204.

¹¹ DICMAXI Michaelis Português. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. DTS Software Brasil Ltda, 1998.

Na **inflação de custos** é atribuída a um aumento dos custos de produção, que pode ser provocado, por exemplo, pelo poder de negociação dos sindicatos de trabalhadores, e implica o repasse direto aos seus produtos. Nas questões salariais, caso os representantes dos operários sejam especialmente poderosos, poderão conquistar aumentos excessivos de salários, que as empresas só poderão arcar se aumentarem concomitante os seus preços. Todavia, as majorações constantes dos preços resultam em novas exigências salariais, formando-se, então, uma espiral inflacionária de custos.

“De forma geral, no decurso dos processos inflacionários, a expansão dos meios de pagamento acusa taxas mais que proporcionais às da expansão do volume disponível de bens e serviços”¹². A **inflação por demanda** origina-se na emissão de novos papéis-moedas, que resulta, na mesma proporção, numa elevação no poder de compra dos consumidores, pressionando os bens e serviços, impossibilitados de sofrer adições nas suas produções, pois geralmente as despesas das empresas, juntamente com a forte pressão tributária, encontram-se no limite extremo.

No âmbito **monetário**, podemos identificar um aspecto relevante nesses dois tipos de inflação supracitados, que, segundo as explicações desenvolvidas pelo professor Rossetti, vislumbram, por antecipação ou por pressões subsequentes, uma expansão dos meios de pagamentos acima da capacidade de produção adicional de bens e serviços.

Verifica-se, entre os economistas, outra razão para os mesmos processos inflacionários. A questão **estrutural** é outra variável que provoca tais evoluções na aquisição dos bens e serviços. Trata-se de fatores como: déficit orçamentário, imprimindo conseqüências nas deficiências infra-estruturais prevaletentes no sistema e, no caso da de custos, no que se refere aos objetivos adversos dos empresários e das organizações trabalhistas.

Há inflações caracterizadas por expansões violentas do nível geral de preços. São as **hiperinflações** e as **inflações galopantes**. Após a Primeira Grande Guerra, foi

¹² ROSSETTI. Op. cit., p. 206.

possível identificar várias nações que apresentaram tais índices, o que resultou na destruição das bases da ordem econômica desses países – Áustria, Hungria e Polônia tiveram os preços multiplicados por 14.000 (catorze mil), 23.000 (vinte e três mil) e 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) respectivamente.

Na **deflação**, identifica-se a queda persistente no nível geral de preços como característica deste processo. Resultado da baixa oferta da moeda em relação à oferta de produtos ou pela queda da demanda agregada, esse excesso de oferta de bens e serviços eleva a capacidade ociosa na economia, provocando o acirramento da concorrência pelos poucos consumidores disponíveis, o que conduz a uma rápida queda nos preços.

Existem, ainda, processos inflacionários crônicos que permanecem sobre controle e reprimidos. O Brasil, por exemplo, após a Segunda Grande Guerra até o início da década de 70, vinha registrando variados níveis de inflação, porém estes movimentos estiveram sempre sobre as expectativas das autoridades monetárias.

A **espiral inflacionária** é provocada por elementos interligados que participam da inflação, funcionando como geradores desta, num procedimento auto-alimentador. Teoricamente, os aumentos de preços deveriam provocar retração na demanda e, conseqüentemente, diminuição dos preços. Porém, observa-se que os empresários se recusam a diminuir suas margens de lucro e o aumento do custo dos produtos é totalmente repassado ao consumidor.

Ao mesmo tempo, o custo de vida aumenta, provocando, assim, reivindicações salariais por parte do proletariado. Geralmente, esse aumento é adicionado aos produtos, que, sob as perspectivas de novos aumentos, passam a ser mais demandados, contribuindo para novos acréscimos nos custos, renovando todo o ciclo da espiral.

3.1.2. Conseqüências da Inflação

O primeiro impacto resultante dos processos inflacionários é verificado sobre o poder aquisitivo. Este reduz o poder aquisitivo da moeda, seja qual for a sua intensidade, acarretando, sobretudo, a redução da qualidade de vida de pessoas que vivem de rendimentos temporariamente fixos, como os assalariados e os aposentados.

Sobre o mercado de crédito podemos identificar distorções em função da inflação, provocando acréscimos inesperados nos preços dos bens e serviços. Este fenômeno implica perda aos mutuantes e ganho aos mutuários. Entretanto, “quando se tem taxas de juros negativas, aumentam as pressões sobre as fontes de crédito. Mas estas, em contrapartida, não disporão de recursos ao nível da demanda”.¹³

Um aspecto dos mais perniciosos provocados pela inflação é o destino dos recursos, que poderiam ser aplicados em atividades produtivas, mas que se tornaram capitais com finalidade especulativa. ROSSETTI comenta que: “a inflação intensa e acelerada acaba por destruir a previsibilidade financeira das empresas, gera indicações ilusórias de rentabilidade e desencoraja o setor privado a investir em indústrias de base...”¹⁴. Na falta desses investimentos de longo prazo, tornam-se perceptíveis a redução da oferta de empregos e as aplicações a curto prazo que protejam o patrimônio pessoal.

Quanto ao setor externo, identifica-se que, em processos inflacionários acelerados e intensos, a expansão interna dos preços, caso não seja rapidamente desvalorizada a taxa de câmbio, provocará um aumento nas importações e desestimulará as atividades de exportação, resultando no desequilíbrio da balança comercial, que poderá comprometer o equilíbrio do balanço internacional de pagamentos, bem como os níveis globais de emprego da economia.

No liberalismo econômico, as variações dos preços e a força exercida pelo mercado têm a função de orientar as atividades produtivas. Contudo, os índices inflacionários provocam a perda deste referencial, impossibilitando a identificação de níveis de oferta que satisfaz à demanda, implicando, assim, ausência de critérios que permitam otimizar a alocação dos recursos.

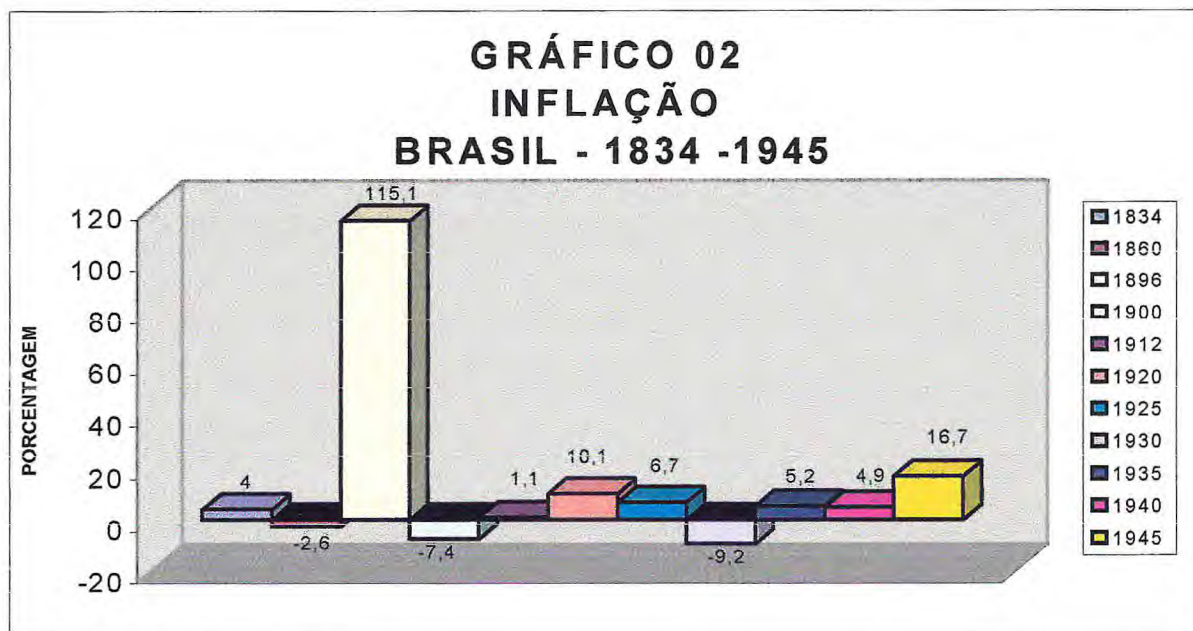
3.2. A Inflação Brasileira

Infelizmente, a elevação no nível geral dos preços das mercadorias, produtos e serviços faz parte da história econômica do País, pois, desde do Império – veja gráfico 2, tal fenômeno tem predominado, se comparado com os períodos em que se conseguiu a

¹³ ROSSETTI. Op. cit., p. 209.

¹⁴ ROSSETTI. Op. cit., p. 210.

estabilização dos preços. Contudo, somente após a Segunda Grande Guerra, começaram a ser desenvolvidos projetos para combater as taxas de inflação. Todavia, tais planos não se mostraram eficazes, pois, mesmo com um controle imediato, os índices chegaram a duplicar após a década de 50.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Inicialmente, convém ter em conta que a economia brasileira, nos últimos anos, vem apresentando, isoladamente ou em conjunto, uma série de circunstâncias que podem ser consideradas como decisivas à obtenção de uma disciplina substancial do desequilíbrio inflacionário: o desenvolvimento das transações com o Exterior, o controle das pressões sociais e as sincronizações das decisões fiscais, monetárias e cambiais.

Porém, os conhecidos problemas estruturais nas atividade produtoras, responsáveis pela fabricação dos bens e serviços disponíveis no mercado; na infra-estrutura financeira, que constituem a plataforma do desenvolvimento da produtividade; na estrutura financeira, que correspondem às transações reais; as transações com o Exterior e nas relações sociais, que se institucionalizam nas organizações sindicais e políticas, implicaram a elevação geral dos preços.

A *Grosso modo*, as atividades industriais nacionais duplicaram, no período de 30 ao término da década de 40, sua quota de participação no mercado. Surgia, então, uma das circunstâncias que provocaram o descontrole inflacionário após o decênio de 50. Com o desenvolvimento das indústrias brasileiras, aumentou a demanda por matéria-prima, recursos humanos e financeiros. Porém, o mercado nacional, com característica de exportar produtos agrícolas e importar manufaturados, não progrediu. Com esse quadro, o crescimento industrial foi acompanhado na mesma proporção com do aumento dos níveis dos preços.

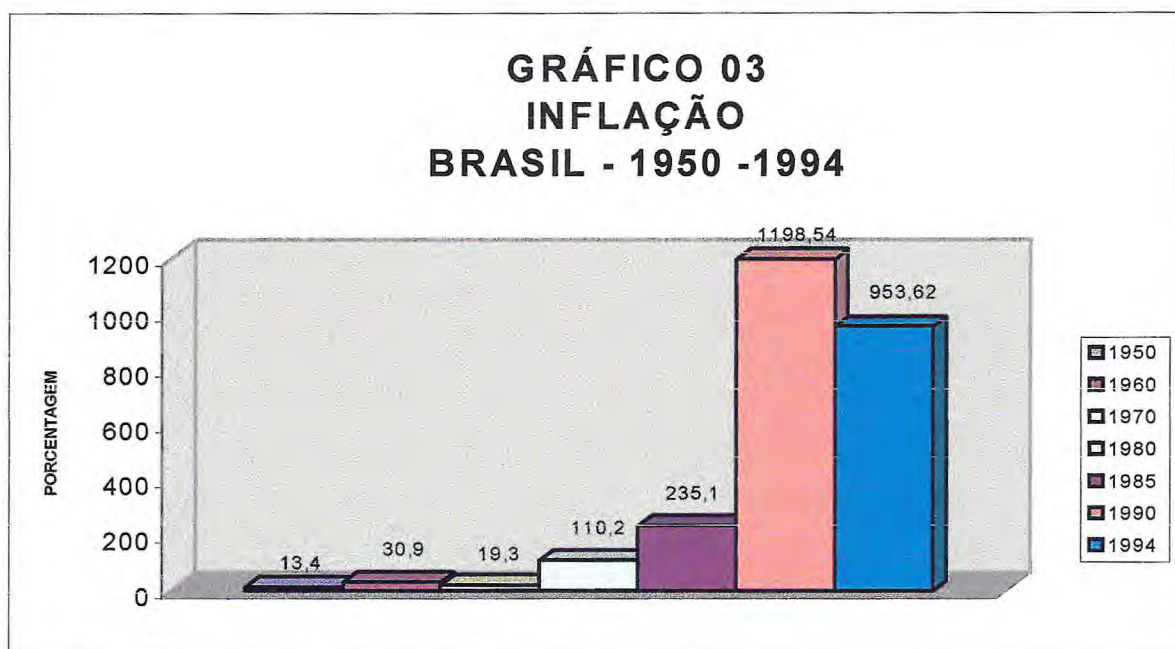
Pode-se identificar a falta de desenvolvimento de um mercado de capitais, decorrentes dos investimentos externos que saneavam a economia brasileira. Entretanto, com o final da Segunda Grande Guerra, o “capital importado” tornou-se escasso – destinando-se à reestruturação das nações envolvidas na guerra – e resultou na emissão de moedas no mercado para suprir a necessidade da inversão privada e o déficit público crescente. Ora, com a maior oferta de recursos financeiros e, em contrapartida, o inexistente desenvolvimento do mercado, a desvalorização da moeda foi consequência imediata.

Quanto às relações com o comércio exterior, sabe-se que sua função, muitas vezes, é de regulamentar a oferta dos bens e serviços em geral. No Brasil observa-se que as importações não conseguiram saciar a procura pelos produtos manufaturados, representando esta realidade outro dos principais elementos responsáveis pelo desequilíbrio estrutural do país. É importante identificar que o espaço proporcionado pela necessidade e as disponibilidades é reproduzida no âmbito monetário. Logo: “Desvalorização periódicas só poderiam, no caso mais favorável, aliviá-lo transitoriamente”¹⁵.

Outro aspecto decisivo consiste em que, na área antes descrita, constituída tanto de empresas privadas quanto pelas públicas, o processo inflacionário crônico resultou na “luta horizontal” por melhores salários. Na prática, empresários e assalariados exerceram com maior ou menor coesão, destacando-se o mais óbvio: o reajustamento salarial e correspondente reajuste de preços.

¹⁵ PINTO, FREDE & MARINHO. Curso de Economia. 10ª ed. Rio de Janeiro. Unilivros, 1980, p. 187.

A partir de 1980, com a redução da produtividade, começa a se perceber uma sensível aceleração no processo inflacionário brasileiro (veja gráfico 3), intensificado pelos problemas de pagamentos e o recrudescimento da dívida externa, os elevados níveis de desemprego, a majoração do barril de petróleo na década anterior e, sobretudo, às questões conjunturais apresentadas anteriormente e às políticas econômicas adotadas, que não se apresentaram eficientes.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas

Basicamente, o governo adotou medidas monetárias, baseado no controle da oferta monetária, com medidas que contraíram a moeda e o crédito. Contudo estes planos encontravam várias dificuldades que se iniciavam na estrutura governamental brasileira, com a descentralização monetária, a ausência de um mecanismo de recolhimento compulsório e o déficit orçamentário.

O Governo Sarney deteve-se, basicamente, em procedimentos de curto prazo, tentando manter moderada a expansão das taxas monetárias. Contudo, a manutenção do déficit público, através da emissão de títulos públicos, juntamente com o congelamento dos preços, que implicaram um aumento excessivo na demanda, resultando em uma crise de

oferta, proporcionaram uma profunda crise econômica, que refletiu no fraco desempenho da produção nacional (o PIB apresentou queda de 4% em 1990) e na hiperinflação.

No início da década atual, com a edição do Plano Collor e retenção de ativos, houve grande contração no estoque de meios de pagamentos. Apesar de, até certo, ponto o plano econômico estar amparado por um conjunto de medidas teoricamente corretas, baseadas em uma política monetária restritiva e numa política fiscal austera, como os seus antecessores, não apresentou soluções no combate à inflação e a retomada do crescimento econômico.

A volta dos índices elevados de inflação obrigou o governo a lançar mão de um novo conjunto de medidas econômicas. Batizado de Plano Collor II, utilizou-se amplamente de instrumentos de política monetária como forma de regular a atividade bancária e o mercado financeiro. Sua fundamentação estava voltada para conquistar um maior nível de reservas financeiras e regulamentação nas operações de mercado, ficando este acessível somente às instituições do sistema financeiro e aos fundos de aplicação financeira.

No período subsequente, a política financeira procurou manter as taxas de juros elevadas. Os altos níveis de liquidez da economia, atrelados aos rendimentos elevados das aplicações de curtíssimo prazo, repercutiram no aumento dos meios de pagamento, culminando com outra que elevou o processo inflacionário para níveis que se aproximavam de 1.000% (mil por cento).

Com todo o quadro configurado pelos anos anteriores, o Governo Itamar Franco desenvolveu uma política de estabilização, o Plano FHC 2, que se apresentou como o único conjunto ordenado de medidas econômicas a ser observado nos últimos tempos. A implantação da URV (Unidade Real de Valor) pela média foi o primeiro passo em direção ao seu objetivo maior de “ancorar” a moeda, a partir de um processo de “dolarização” da economia. Entretanto, apesar de ser o mais duradouro, no fim do ano de 1998, verificou-se, novamente, a fragilidade da economia local, que será discutida a seguir.

3.3. Quadro Atual da Economia Brasileira

O Brasil conviveu com as taxas de inflação, até 1994, atingindo neste ano 953%, decorrentes da ingerência dos recursos públicos e da falta de estrutura econômica capaz de gerir as contas públicas. O País acostumou-se a gastar mais do que arrecadar, o que o tornou vulnerável ao capital especulativo estrangeiro.

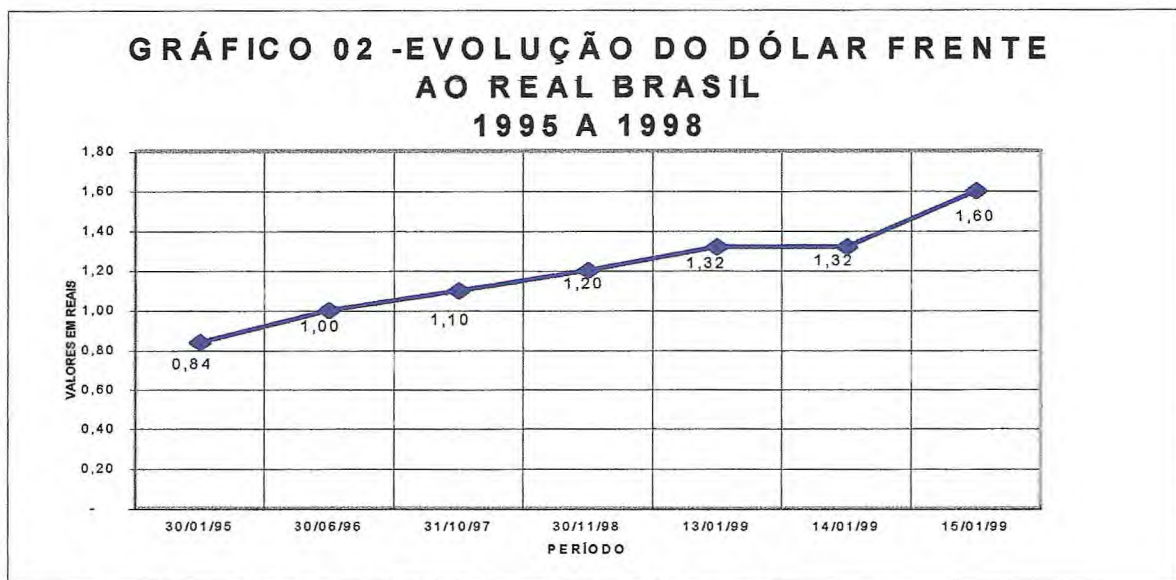
Com a elaboração do Plano Real, Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995, com base na paridade entre o dólar americano e a moeda brasileira, sendo esta a “âncora cambial”, os índices inflacionários mantiveram-se controlados. A nova realidade permitiu ao brasileiro melhorar a sua alimentação, a classe média pôde adquirir bens, a estabilidade resultou em 56 (cinquenta e seis) bilhões de investimentos diretos em apenas quatro anos e o País tornou-se a grande aposta financeira da América Latina. Portanto, parte do plano funcionou corretamente.

Porém, no início deste ano, em razão dos problemas estruturais brasileiros, culminando com a moratória do Estado de Minas Gerais, o governo sentiu-se pressionado a liberar a moeda norte-americana. Com a retirada de dólares do mercado nacional, resultado da desconfiança dos investidores no Brasil, que não se apresenta capaz de liquidar suas despesas, a pressão sobre o câmbio, base do plano econômico, tornou-se insustentável e a liberação cambial tornou-se a solução adotada pela equipe econômica.

No início de 1999, o governo, diante da especulação financeira que o obrigou a injetar 5(cinco) bilhões de dólares de suas reservas, e de questões vitais para o seu desenvolvimento, como a reforma previdenciária e a elaboração de um mecanismo mais igualitário de cobrança de impostos, viu-se obrigado a liberar o câmbio, provocando, assim, a maxivalorização do dólar.

Até então, a moeda brasileira vinha sofrendo suaves desvalorizações, controladas pelo Banco Central. Porém, o saque dos dólares, apenas no dia da desvalorização foram 1,8 bilhões, que pulverizaram o mecanismo econômico nacional, forçando o governo a instituir, a princípio, um sistema de flutuação cambial, que apresentava

o intervalo no qual o dólar estaria inserido. Todavia, os especuladores conseguiram ultrapassar o teto deste sistema e a flutuação livre passou a ser adotada. O gráfico a seguir demonstra a evolução cambial no Plano Real.



Fonte: Revista Veja, nº 1581, nº 3, ano 32, p. 32-33, jan/99.

A liberação cambial consiste em uma operação de grande risco. Países emergentes que adotaram este procedimento não apresentaram resultados satisfatórios. Suas moedas despencaram, as empresas endividadas entraram em processo de falência e sua economia entrou imediatamente em processo de recessão. A tabela 6 identifica três países que passaram por este procedimento.

Tabela 6 - Países que adotaram a Liberação Cambial

PAÍS	MÉXICO	TAILÂNDIA	RÚSSIA
LIBERAÇÃO	Dez/94	Jul/97	Ago/98
RESERVAS	- 76%	- 21%	- 38%
MOEDA	O dólar valorizou-se 60% em relação ao peso.	O dólar valorizou-se 50% em relação ao baht.	O dólar valorizou-se 300% em relação ao rublo.
PIB	- 7%	- 8%	- 10%

Fonte: Revista Veja, nº 1581. Nº 3, ano 32, p. 37, jan/99.

Interessado em não repetir os insucessos dessas nações, o governo adotou uma nova estratégia, a “meta inflacionária” de controle sobre a liquidez, que consiste no controle da quantidade de dinheiro em circulação na economia, que, à medida que esta meta ficar distante, será retirado de circulação.

Tais medidas têm boas chances de estabilizar a moeda, porém, a sua essência, por si é recessiva. Há previsões que sustentam taxas de desemprego em torno de 10% (dez por cento), em São Paulo o índice apresenta-se em torno de 20%(vinte por cento), e que a inflação volta a assombrar a sociedade brasileira.

O Produto Interno Bruto – PIB brasileiro deverá apresentar-se, conforme os analistas de mercado, com números pouco satisfatórios. Porém, frente aos demais países emergentes, o Brasil não sofrerá tamanha redução do seu PIB, visto que as suas previsões circundam a faixa de 3%(três por cento) a 4%(por cento) negativos. Na tabela 7 é demonstrada a opinião de alguns consultores sobre os principais indicadores da economia brasileira para 1999.

Tabela 7 – Previsões dos Analistas de Mercado
Brasil – 1999

CONSULTOR	José A. Pena	Celso Martone	Luís Rosemberg	Consultoria Tendências	Em 1998
	Bank Boston	Economista	Consultor	São Paulo	
INFLAÇÃO	12% a 15%	15% a 20%	25%	60%	-1,79%
PIB	-3%	-4%	-3% a -4%	-3,4%	0,15%
JURO REAL	S/ previsão	10% a 20%	S/ previsão	14%	25,96%
DESEMPREGO	11%	9,7%	10%	7,5%	7,6%
DÓLAR	1,80 real	1,75 real	1,75%	S/ previsão	1,20 real

Fonte: Revista Veja, nº 1581. Nº 3, ano 32, p. 38-39, jan/99.

O Plano Real deu-se incomparavelmente melhor do que os planos anteriores, mantendo preços cadentes por um período de quatro anos e meio, enquanto os demais duraram apenas seis meses. Mas este plano econômico parou nos mesmos obstáculos: uma previdência deficitária de 18 bilhões de reais; uma tributação que favorece a sonegação fiscal, onerando outros setores privados e Estados que comprometem 70% de suas receitas

com o pagamento a funcionários públicos e, quando não possuem tal ônus para sanear suas despesas, recorrem à União.

3.4. Desenvolvimento da Correção Monetária

Os efeitos inflacionários geram uma série de distorções nos diversos setores da economia de um país, provocando a perda do poder aquisitivo da moeda no decorrer do tempo. Indistintamente todos são, direta ou indiretamente, atingidos, sendo que os impactos são sentidos individualmente em maior ou menor intensidade, dependendo basicamente da estrutura de aplicação dos seus recursos, ou seja, em função das opções adotadas para se proteger desses efeitos.

Por essa razão, tem sido constante a preocupação de contadores, economistas, cientistas e outros em desenvolver e aprimorar técnicas que permitam medir adequadamente os reflexos inflacionários nas Demonstrações Financeiras. O Brasil, especificamente, vem se destacando pelos esforços desenvolvidos nesse sentido, pois as altas taxas de inflação apresentadas pela economia nacional têm predominado se comparadas com períodos em que se conquistou a estabilização dos preços.

Observava-se, dentro da conjuntura econômica nacional, que os relatórios contábeis deixaram de evidenciar a real situação das empresas. Partindo desta situação, foram elaboradas as técnicas de correção monetária, que José Carlos Marion conceitua como “objeto de estímulo ao Mercado de Capitais, criado pelo governo, com a finalidade de reconhecer os efeitos inflacionários no Balanço Patrimonial das empresas”¹⁶

Simplemente, a correção monetária consiste em atualizar as contas dos demonstrativos, pois, em razão da perda do poder de aquisição da moeda, deverão ser reajustadas. Todavia, não se deve confundir variação específica de preços com inflação, pois, enquanto esta caracteriza um aumento geral, a primeira deve-se a fenômenos específicos, como inter-safras provocadas por geadas, estiagens etc., que provocam aumentos em determinados produtos ou linha de produtos.

¹⁶ MARION. Contabilidade Empresarial. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 1990.

A Ciência Contábil trata, inclusive, da atualização monetária nos seus demonstrativos. No Princípio do Custo Como Base de Valor, verifica-se que "...o custo de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-lo e colocá-lo em condição de gerar benefícios para a Entidade, representa a base de valor para a Contabilidade, expresso em termos de moeda de poder aquisitivo constante"¹⁷.

Embora seja o mais discutido dos princípios contábeis, constatando-se discussões que abrangem aspectos que não incluem a correção dos elementos contábeis, tal princípio reconhece a necessidade da atualização dos custos incorridos no passado em termos de poder aquisitivo de certa data-base, presumivelmente no momento da tomada de decisões, com a finalidade de que todos os dados estejam expressos ao mesmo poder aquisitivo da moeda.

Sabe-se que o custo histórico corrigido não é o único valor de entrada existente. Porém, sua utilização pelas organizações proporciona vantagens que talvez não sejam apresentadas pelos demais critérios. Pode-se destacar a objetividade de aplicar aos valores registrados pela Contabilidade apenas um "fator de atualização", a unidade na aplicação dos mecanismos de correção nas diversas empresas, facilitando as análises e a simplicidade para aplicar as taxas inflacionárias.

Contudo, torna-se relevante destacar a subjetividade que os indicadores inflacionários possuem. Podemos identificar no índice geral de preço - IGP a ausência de uma maior credibilidade, não por apresentar uma falsa realidade e, sim, por não satisfazer às necessidades de determinado ramo de negócio, visto que tal índice possui um aspecto global.

Tem-se conhecimento de que, dentro do ativo, ocorrem variações de preço em proporções diversificadas e que, em alguns casos, não obedecem sequer às alterações monetárias específicas da atividade da empresa. Logo, a expressão poder aquisitivo pode ser conceituada sobre dois aspectos fundamentais: o geral, que se caracteriza como a habilidade de adquirir bens e serviços em geral, e o específico, que identifica as necessidades básicas de determinada classe.

¹⁷ IUDÍCIBUS, MARTINS & GELBCKE. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. FIECAFI. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 1993, p. 73.

Mesmo com as dificuldades de encontrar os melhores critérios para a atualização dos elementos das Demonstrações Financeiras, acreditamos que a correção monetária consiste em uma técnica que, embora não evidencie a realidade da empresa, pelo menos, reflete os efeitos das variações dos preços, proporcionando informações contábeis fidedignas. Assim, procuraremos abordar os dois métodos de correção utilizados no Brasil, a Correção Monetária do Balanço – CMB e a Correção Integral do Balanço.

3.4.1. Correção Monetária do Balanço

3.4.1.1. Aspectos Teóricos

A Correção Monetária do Balanço consiste em atualizar os elementos não monetários, que são grupos que, geralmente, podem estar representados por valores formados em diversos exercícios por moedas com vários níveis de poder aquisitivo. Esses efeitos são refletidos, simultaneamente, na apuração do resultado do exercício de cada ano, como, por exemplo, nas depreciações e nas amortizações de certos ativos.

O primeiro grupo a ser corrigido por este método de correção é o Ativo Permanente. Para a Lei n.º 6.404/76, este grupo do ativo, de acordo com o artigo 179, é classificado em:

**“(...) em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;
no ativo imobilizado: os direitos que tenham como objetivo bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;
no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais”¹⁸.**

¹⁸ Manual de Legislação Atlas. Lei das S.A., 3ª ed., 1997, p. 73.

Deve-se ressaltar, que a correção dos efeitos da modificação do poder de compra da moeda será absorvida por todas as contas do Ativo Permanente e suas respectivas depreciações, amortizações ou exaustão, e das provisões de perdas dos investimentos em outras sociedades.

Outras contas nas quais podemos empregar esta técnica de atualização monetária no balanço são as que compõem o patrimônio líquido das empresas, que representam, obedecendo ao princípio da entidade, o capital da entidade. Podemos dividi-lo nas seguintes contas:

- Capital Social - representa valores recebidos pela entidade, ou por ela constituídos, e que estão incorporados ao capital;
- Reservas de Capital - representa valores recebidos que não transitaram pelo seu resultado como receitas;
- Reserva de Reavaliação - os acréscimos nos elementos do ativo que superaram os índices inflacionários;
- Reservas de Lucro - o lucro da empresa retido para fins específicos;
- Lucro ou Prejuízo Acumulado – parcela de lucro remanescente a título de retenção de lucros, conforme orçamento.

Com a evolução da Correção Monetária do Balanço e a acentuada elevação dos índices de inflação na década de 80, notabilizaram-se os esforços para reconhecer a perda monetária num número maior de contas do patrimônio. Dessa forma, as constantes alterações legislativas visaram, sobretudo, a indicar outros elementos contábeis a serem atualizados e que não pertencem ao Permanente nem ao Patrimônio Líquido.

O método passou, através do Decreto n.º 332/91, a corrigir as contas de imóveis não classificados no ativo permanente, os adiantamentos a fornecedores de bens sujeitos a correção monetária, as representativas de mútuo entre pessoas jurídicas coligadas, controladoras ou associadas por qualquer forma. Nos termos desse decreto, estavam sujeitas a atualização monetária as reservas florestais destinadas ao corte para

comercialização, consumo ou industrialização, ao consumo dos seus frutos e aquelas destinadas à proteção do solo.

Cabe ressaltar que o procedimento de correção monetária, definida pela lei societária, estendia-se a todas as pessoas jurídicas abrangidas pela legislação tributária. O procedimento para o cálculo da correção monetária destacava-se por ser simples e objetivo, consistindo apenas na aplicação de um índice inflacionário - UFIR diária, por exemplo, sobre as respectivas contas a serem ajustadas. O valor deverá ser adicionado ao saldo do bem ou serviço, no caso do ativo, ou às contas do Patrimônio Líquido.

O único caso que não obedecia a este procedimento era a atualização do Capital Social, que registrava a sua correção na conta de reserva de capital, para, que, após assembléia dos acionistas, fosse integralizada.

Todas as contrapartidas, provenientes da Correção Monetária do Balanço, devem ser contabilizadas em uma conta especial, que contribuirá para a formação do resultado do exercício positivamente, caso o total do Permanente seja maior que o Patrimônio Líquido, ou provocará uma dedução, no caso das empresas capitalizadas.

Finalmente, para fins fiscais, o lucro inflacionário, que é "o saldo credor de correção monetária ajustado pelas variações monetárias e pelas receitas e despesas financeiras computadas na determinação do lucro líquido do ano calendário"¹⁹, seria tributável, como receita, observando-se nesta situação, a opção da tributação somente no exercício no qual ocorria a sua realização.

3.4.1.2. *Legislação Pertinente*

O aspecto legal da Correção Monetária do Balanço apresentou várias alterações, que vêm a caracterizar a instabilidade financeira do País. A princípio, foi identificada basicamente a correção do ativo imobilizado. Contudo, antes da sua extinção, é perceptível a sua evolução quando passou a atualizar contas que não pertenciam

¹⁹ IUCÍBUS, MARTINS & GELBCKE, Op. cit., p. 482.

ao Patrimônio Líquido e ao Permanente, tais como: Aplicação em Ouro, Adiantamentos a Fornecedores de bens sujeitos a correção e das contas representativas do custo dos imóveis não classificado no Permanente.

A seguir, relacionamos as principais leis que tratam da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras:

Leis 2.862/56 e 3.470/58 ⇒Facultavam às empresas elevar seus capitais, mediante o que se convencionou chamar de reavaliação do ativo imobilizado.

Lei 4.357/64 ⇒Introduzia, de forma compulsória, a correção monetária do então denominado ativo imobilizado.

Decreto Lei 401/68 ⇒Autorizava a constituição da reserva de manutenção do Capital de Giro, que era uma forma de contemplar a atualização de valores das demonstrações contábeis não inclusos no grupo dos imobilizados.

Lei 6.404/76 ⇒Estabeleceu o reconhecimento dos efeitos da mudança no poder aquisitivo da moeda nacional, nas contas do ativo permanente e PL. A partir desta lei, a contrapartida dos ajustes de correção monetária passou a ser registrada no resultado do exercício.

Decreto-lei 1.598/77 ⇒Adaptou os ajustes de correção monetária na legislação fiscal aos moldes da lei das SA's, estabelecendo dois métodos de acompanhamento das flutuações do poder de compra da moeda: pelo razão auxiliar em ORTN e pela correção direta dos saldos das contas.

Decreto-lei 2.341/87 ⇒Reintroduziu a correção monetária na legislação fiscal e extinguiu o método da correção direta nas contas, obrigando todas as pessoas jurídicas sujeitas a fazer correção monetária a utilizar o razão auxiliar em OTN.

Lei 7.730/89 ⇒Instituiu o Cruzado Novo, em substituição ao Cruzeiro; revogou o artigo 185 da Lei n.º 6.404/76 e as normas fiscais de proceder a correção monetária estabelecidas pelo Decreto-lei 2.341/87.



Lei 7.738/89 ⇒ Reintroduziu a correção monetária das demonstrações contábeis.

Lei 7.799/89 ⇒ Regulamentou a correção monetária do ponto de vista fiscal.

Lei 8.200/91 ⇒ Dispôs sobre a correção monetária para efeitos societários e fiscais, estabelecendo os seguintes pontos:

- Obrigatoriedade de registro de Correção Monetária complementar, reconhecendo a defasagem, em 1990, entre o índice de preço do consumidor – IPC e a avaliação do BTN Fiscal, reconhecendo seus efeitos fiscais a partir de 1993;
- Escolheu a variação mensal do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC para a correção monetária das Demonstrações;
- Facultou o registro da Correção Especial (sem efeitos fiscais) de bens do ativo permanente, subavaliado no período de 1986 a 1989.

Decreto 332/95 ⇒ Regulamentou as leis 8.200/91, 7.738/89 e 7.999/89, passando a constituir o núcleo básico da aplicação da CM no Brasil.

Lei 9.249/95 ⇒ Revogou a correção monetária das Demonstrações Contábeis e vedou a utilização de qualquer sistema de correção monetária, inclusive para fins societários.

3.4.2. Correção Monetária Integral

3.4.2.1. Aspectos Teóricos

A necessidade da implementação dessa técnica contábil surgiu a partir do crescimento da inflação, sobretudo nas décadas de 80 e 90, quando atingiram níveis exorbitantes. Em função da nova conjuntura inflacionária, podem-se detectar novos fenômenos nas Demonstrações Financeiras:

- Desatualização dos valores da receita e despesas nas demonstrações do resultado;
- Distorções apresentadas nas demonstrações financeiras em relação às demonstrações do resultado dos exercícios anteriores;
- Defasagem nos valores de ativos não-monetário, como estoques, despesas antecipadas etc.;
- Perda da capacidade de compra de disponibilidades e valores a receber;
- Lucro distorcido, quando é realizada a comparação de preço de venda vigente com o custo histórico de aquisição da mercadoria;
- Ganho de capacidade de compra nos valores a pagar.

Atualmente, o conceito de correção integral está sendo bastante difundido nos meios contábeis. Esta técnica de atualização monetária apresenta-se como um avanço sobre a sistemática adotada pela Lei n.º 6.404/76, pois procura refletir os índices de inflação sobre todos os elementos das demonstrações contábeis.

“A finalidade maior de Correção Integral é proporcionar demonstrações com única moeda para todos os itens dessas demonstrações, além de explicitar os efeitos da inflação sobre cada conta”²⁰. Verifica-se neste procedimento de reconhecimento da perda monetária da moeda a preocupação em atualizar não somente os itens do Permanente e do Patrimônio Líquido, como também os demais grupos que compõem as demonstrações financeiras.

Deve-se ressaltar que este procedimento não desobedece ao Princípio do Custo Histórico de Valor, visto que, assim como na Correção Monetária do Balanço, tal metodologia consiste apenas na atualização dos valores históricos.

²⁰ IUCÍCIBUS, MARTINS & GELBCKE, Op. cit., p.726.

Este critério adota a criação de uma moeda alternativa forte, atribuindo um valor de taxa, a fim de expurgar os efeitos da ausência de correção monetária dos dados em moeda corrente. Normalmente, utiliza-se a Unidade Monetária Contábil – UMC como unidade monetária, sendo esta função direta dos índices de inflação mais apropriados.

A Correção Monetária Integral apresenta três métodos de atualização monetária: UMC média, UMC diária e sistema misto. No primeiro procedimento, o índice utilizado na atualização das contas é a UMC, média calculada a partir da inflação de um determinado período. No método da UMC diária, as transações realizadas pela empresa deverão ser registradas na data da operação. Cabe à empresa, ainda, optar pelo sistema misto, que consiste basicamente na adoção do critério da UMC diária para as operações do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, e a UMC diária para as operações da organização, por serem mais constantes e contínuas.

Deve ser evidenciado o fato de que o método da Correção Integral era exigido apenas para as Companhias Abertas, que deveriam apresentar os efeitos deste procedimento através de demonstrações complementares. Todavia, com a implementação do Plano Real, a lei nº 9.249/95 extinguiu todos os procedimentos de atualização monetária, inclusive a Correção Monetária do Balanço.

3.4.2.2. *Legislação Pertinente*

No tocante ao aspecto legal, a Correção Monetária Integral é basicamente restrita às instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que desenvolveu este método de correção para as Companhias de Capital Aberto, possibilitando a confecção de demonstrações com uma moeda única para todos os itens e, ao mesmo tempo, atualizadas.

Identificamos as seguintes instruções sobre a Correção Integral:

Instrução da CVM 64/87 ⇒ Exigiu que as companhias abertas apresentassem Demonstrações Financeiras complementares, elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante.

Instrução da CVM 191/92 ⇒ Alterou a 64/87 e criou a UMC, usada nas companhias abertas.

Deve-se salientar, ainda, que o Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBRACON comentou os principais aspectos deste procedimento de atualização monetária. Uma das principais recomendações foi que as empresas não abrangidas pelos registros da referida instrução elaborassem e publicassem, complementarmente, as demonstrações financeiras de acordo com o Princípio do Denominador Comum Monetário.

“O Ofício Circular n.º 001/92 do IBRACON estabelece que as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas baixadas pela Comissão de Valores Mobiliário – CVM, conhecidas como Correção Integral, são as que melhor atende aos Princípios Fundamentais de Contabilidade”²¹.

3.5. A Extinção da Correção Monetária

Com a implantação do Plano Real e a conseqüente estabilização da economia, entrou em vigor a lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que, em seu artigo 4º e parágrafo único, extinguiu, a partir de 1º de janeiro de 1995, a Correção Monetária do Balanço e qualquer outro processo de atualização monetária. O pressuposto fundamento era a capacidade de a nova moeda possuir poder aquisitivo constante.

Essa medida legislativa visava, com efeito, a eliminar a memória inflacionária que acompanhava a economia brasileira. Contudo, muitos críticos e estudiosos temem que o desaparecimento da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras resulte em distorções, com possíveis conseqüências na apuração do Imposto de Renda e no desempenho operacional das empresas.

No início de 1996, as companhias aceitaram as imposições do governo e, se os níveis de inflação realmente fossem extremamente baixos, o impacto da medida não seria perceptível sobre seu desempenho. Contudo, no término do biênio de 1996 e 1997 muitas empresas decidiram entrar na justiça pela atualização monetária, visto que a variação da Unidade Fiscal de Referência esteve acima de 15% neste mesmo período, considerado

²¹ ANDERSEN. Normas e Práticas contábeis no Brasil. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 1994, p. 547.

pelos consultores suficientemente elevado para que as empresas passassem a reconhecer os índices de inflação.

Um estudo coordenado pelos professores Ariovaldo dos Santos e Eliseu Martins, ambos, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA - USP), demonstra o impacto da inflação no lucro das empresas em 1996. O Estudo dividiu as empresas por setores e analisou o impacto da inflação sobre o lucro das organizações que apresentaram saldo devedor ou saldo credor de correção monetária.

Referido estudo constatou que o saldo devedor foi verificado nas empresas que apresentaram, em 1996, um patrimônio líquido maior que o ativo permanente, ou seja, nas empresas altamente capitalizadas. Já o saldo credor é verificado na situação inversa, na qual as empresas possuem o ativo permanente menor que o patrimônio líquido.

As capitalizadas sentem-se prejudicadas, pois, obedecendo a legislação em vigor, estão impedidas de reconhecer os efeitos inflacionários, o que resultaria em uma dedução direta na base de cálculo do Imposto de Renda - em determinada companhia, o lucro reduziria 52,4%. Para as endividadas, a situação do imposto de renda inverte-se; contudo, a opinião dos seus empresários permaneceram favorável a atualização. Este fato, deve-se a possibilidade de terem seus resultados operacionais sensivelmente melhores, em função do saldo credor que Correção Monetária do Balanço os proporciona.

Para o Professor Martins, na publicação de Watanabe, "A atualização monetária das contas permite a divulgação de dados importantes com maior clareza, maior transparência e maior qualidade de informação."²² Assim, independente da situação econômica da instituição e da posição desta, diante do reconhecimento da perda do poder aquisitivo da moeda, torna-se necessário realizar-se tal procedimento, para obtermos relatórios contábeis fidedignos à realidade da organização.

Torna-se extremamente perigoso extinguir a correção monetária, pois, mesmo com o ano de 1998 apresentando índices de deflação (-1.79%, Índice Geral de Preço - IGP), ainda é cedo para avaliar a situação da economia brasileira, em virtudes das suas constantes oscilações, decorrentes dos problemas estruturais brasileiros.

²² GAZETA MERCANTIL. Empresas Garantem a Correção Monetária. 02/02/1998. P. A -10, 2º caderno

4. METODOLOGIA

No desenvolvimento da pesquisa científica, pode-se identificar a sua classificação em função das variáveis profundidade e amplitude, sendo bastante conceituada a nomenclatura: levantamento de campo, estudo de campo e estudo de caso.

O levantamento de campo visa a oferecer ao pesquisador um pequeno nível de informação. Compensatoriamente, as informações oriundas da população desse procedimento de pesquisa estão bastante influenciadas por uma maioria da população que não é considerada nos demais critérios.

A compensação pelo aumento da população deve-se ao fato de o instrumento de medida utilizado ser consideravelmente curto. Neste procedimento, o pesquisador utiliza-se de método estatístico para definir a sua amostra, proporcionando, assim, estender suas conclusões para toda a população.

Diante do limite de prazo imposto pela Universidade Federal do Ceará, bem como os custos para compilação dos relatórios de pesquisa, a opção pelo levantamento de campo dentro das especificações teorizadas não foi adotado para nossa análise científica.

Quanto ao estudo de campo, este consiste em um procedimento que apresenta média profundidade e média amplitude. Essa metodologia científica caracteriza-se por ser uma abordagem versátil do ponto de vista dos métodos utilizados, pois procura abordar tanto o aspecto qualitativo como o quantitativo.

Porém, o estudo de campo não se enquadrava como a modalidade de investigação mais adequada dentro das condições de restrição de prazo e custo para a realização da pesquisa. Outro aspecto relevante na falta de opção por essa metodologia foi a impossibilidade de pesquisa - apresentada pela amostra inicial de 6 (seis) empresas.

O estudo de caso caracteriza-se por apresentar alta profundidade de informações e, nesse tipo de estudo, utiliza-se entrevistas e/ou questionários longos, motivo

pelo qual se aprofunda a informação para cada unidade da população, o que proporciona uma melhor qualidade no desenvolvimento da pesquisa científica.

Coube à pesquisa analisada aplicar os conceitos de estudo de caso, que apresenta, na sua teoria, um método que, apesar de não retratar um conteúdo que proporcione o conhecimento amplo e detalhado da população, permite informações mais detalhadas sobre a empresa analisada.

Conforme mencionado, este procedimento foi adotado, em razão da dificuldade apresentada pelas empresas que pertenciam à amostra inicial conduzindo, assim, o desenvolvimento da pesquisa em uma indústria do setor têxtil cearense, de grande porte que, por apresentar números expressivos, acreditamos seja referência para as demais fábricas de transformação do setor.

Os principais objetivos da pesquisa estão consubstanciados em avaliar os efeitos da correção monetária sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, pois estas representam as principais evidências da situação financeira, bem como a opinião dos executivos da empresa avaliada sobre o retorno dos critérios de atualização da moeda sobre estas demonstrações.

Para alcançar esses objetivos, desenvolvemos a pesquisa através da aplicação de um questionário composto por 10(dez) quesitos, constituído de perguntas de múltipla escolha, com única opção e quatro opções de gradação, utilizando a escala Likert. A escolha do respondente variou de discordo muito a concordo muito.

Desenvolvemos, também, uma entrevista formulada por perguntas subjetivas composta por 21 (vinte e um) itens. Este procedimento nos propiciou aprofundar o conhecimento da organização avaliada pelo estudo de caso.

Em seguida, realizamos a análise do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício da referida empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 1.998. E, a partir destes demonstrativos, aplicamos um modelo de correção monetária que se fundamentou nos critérios utilizados pela Correção Monetária do Balanço, adaptando-se, apenas, o índice de atualização, que passou a ser a UFIR anual.



Realizamos, ainda, alguns procedimentos que permitissem assegurar o sigilo imposto pela empresa analisada. Portanto, adotamos o pseudônimo de Empresa Casual S.A para denominar a indústria têxtil que se apresentou como objeto do nosso estudo e adotamos uma nova moeda para apresentar os saldos que compõem as Demonstrações avaliadas.

A nova unidade monetária (fictícia) desenvolvida nessa pesquisa, recebeu a denominação de Lídia, que tem o seu valor equivalente a R\$ 0,98 (noventa e oito centavos de reais), pois a conversão dos saldos do balanço para lídias, não implicou o resultado da pesquisa e permitiu dificultar a identificação da empresa.

5. O IMPACTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE A EMPRESA CASUAL S/A

5.1. Identificação da Empresa

A empresa analisada é uma sociedade anônima de capital aberto que iniciou as suas atividades no mercado em 1985, desenvolvendo atividades industriais, no ramo da fiação e da tecelagem.

No ano de 1998, a empresa apresentou, na composição do seu capital, 1.600.000.000 (hum bilhão e seiscentos milhões) de ações preferencias, enquanto as ações ordinárias respondem pelo montante de 900.000.000 (novecentos milhões).

No exercício analisado pela pesquisa, a Empresa Casual obteve um resultado líquido de 35 (trinta e cinco) milhões de reais, proporcionando, assim um lucro por ação equivalente a R\$ 0,04 (quatro centavos de real).

A instituição responde pela produção dos seguintes produtos:

- Índigo;
- Brim;
- Fio;
- Linha;
- Malha.

Essa sociedade é responsável pelo consumo de aproximadamente 8% (oito por cento) do algodão que abastece o mercado têxtil cearense, índice este garantido pela apropriação de 10.000 t/mês (dez mil toneladas por mês) da principal matéria-prima da indústria de tecelagem.

Finalmente, o espaço físico ocupado pela Empresa Casual é dividido em 5 (cinco) unidades fabris, onde estão distribuídos cerca de 8.500 (oito mil e quinhentos) funcionários da instituição.

5.2. Análise dos Questionários

O questionário foi aplicado no período de 24 a 31 de maio de 1999, tendo sido a entrevista realizada no último dia do mencionado intervalo.

Ao analisar as respostas concedidas por um dos executivos da Empresa Casual, constatamos que, no período de 1997 à 1998, a instituição, sob um aspecto geral, não adotou nenhum procedimento que permitisse reconhecer os efeitos da correção monetária sobre os itens que compõem as demonstrações financeiras pertencentes ao objeto de estudo da nossa análise.

Todavia, os direitos e obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a variação monetária ou cambial, tiveram os seus saldos atualizados até a data dos balanços, sendo as contrapartidas dessas atualizações refletidas no resultado do exercício de 1998.

Os itens do Permanente da Empresa Casual S.A. - Investimentos, Imobilizado e Diferido, evidenciados no Balanço Patrimonial, estão registrados pelo custo de aquisição, reduzidos pelas suas respectivas deduções. A correção monetária do capital investido na aquisição deste bens foi atualizada até 31 de dezembro de 1995, período em que ocorreu a extinção dos critérios de reconhecimento da perda da capacidade de aquisição da moeda.

Para nossa surpresa, a correção monetária nos moldes da legislação societária não proporcionava lucro para empresa até a extinção de modelo, pois o seu ativo permanente, curiosamente, não possuía um valor mais relevante que o seu Patrimônio Líquido. Tal fenômeno pode ser compreendido pelas altas taxas de juros exercidas pelos financiadores, o que torna mais vantajoso para a empresa operacionalizar com o capital próprio.

A indústria reconhece que os efeitos inflacionários, resultantes da inflação galopante do início da década de 90, proporcionava dificuldades para determinar o custo de seus produtos, pois estes efeitos provocavam variações significativas nos preços da mão-de-obra, matéria-prima e os seus custos indiretos de fabricação.

Para o administrador, a Correção Monetária do Balanço satisfazia às necessidades da instituição, visto que essa, além de ajustar o lucro, permitia uma análise minuciosa da composição do resultado do exercício. Por este motivo, a organização apresentou-se desfavorável à extinção do modelo de correção imposto pela legislação fiscal, pois a estabilização da economia com o Plano Real não evitou distorções nos demonstrativos financeiros.

Embora a análise do balanço patrimonial da sociedade comercial apresente, em suas notas explicativas, declarações sobre a ausência de variações significativas entre os valores de mercado os apresentados nas demonstrações da instituição, o administrador mostrou-se favorável ao retorno aos critérios da atualização da moeda através da Correção Monetária do Balanço.

Quanto à Correção Integral, a empresa reconheceu que este modelo proporciona uma realidade mais fidedigna do resultado. Porém, a sua aplicabilidade torna-se superficial quando, para satisfazer a exigências fiscais, utiliza-se como Unidade Monetária Contábil – UMC a Unidade Fiscal de Referência – UFIR, demonstrando, assim, a falta de equivalência dos indicadores inflacionários fornecidos pelo governo.

Finalmente, a Empresa Casual S.A demonstra-se interessada em aplicar métodos de atualização monetária que possibilitem maior abrangência das contas a serem atualizadas. Porém, a adoção desse critério está diretamente ligada a um indicador inflacionário que proporcione identificar a real inflação incorrida, pois se não se verificar este procedimento, a corporação prioriza a Correção Monetária do Balanço, visto que este método satisfaz à relação custo benefício.

5.3. Modelo de Correção Monetária

5.3.1. Aspectos Teóricos

O modelo de correção monetária adotado pela pesquisa fundamenta-se em princípios análogos aos métodos da Correção Monetária do Balanço, ou seja, a atualização monetária incidirá nas contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido da Empresa Casual S/A.

Atualmente, a UFIR – Unidade Fiscal de Referência, é fixada por períodos anuais. Sabemos que tal índice não consegue representar os índices reais de inflação. Porém, podemos destacar os seguintes motivos para a adoção deste indexador: a aplicação da UFIR pelas legislações que tratavam da Correção Monetária do Balanço, a simplicidade apresentada para determinar a variação da inflação no ano de 1998 e a necessidade de simular uma Correção Monetária do Balanço que esteja próxima dos procedimentos de atualização antes adotado.

O cálculo da inflação de 1998 foi realizado a partir da UFIR dos anos de 1997 e 1998. O procedimento foi fundamentado a partir da conversão do valor da unidade em reais para a moeda fictícia Lídia. Em seguida, obtivemos a variação geral dos preços pela seguinte fórmula matemática.

$$I = \left(1 - \frac{VU1}{VU2}\right) \times 100$$

Onde:

- I é a inflação do período de 1997 a 1998;
- $VU1$ é o valor da UFIR 1998 em moeda fictícia Lídia;
- $VU2$ é o valor da UFIR em 1997 em moeda fictícia Lídia.

Ao aplicar a fórmula para determinar as taxas de inflação do período, constatamos que a perda do poder aquisitivo da moeda brasileira encontra-se no intervalo entre 5% (cinco por cento) e 6% (seis por cento).

O índice inflacionário utilizado incidu sobre os saldos finais do exercício findo em 31 de dezembro de 1997 e sobre a movimentação de 1998 dos elementos que o compunham. Enquanto isso, as aquisições no ano a ser atualizado e os fatos, por elas, derivados não sofrerão ajustes, pois não verificamos variações na UFIR de 1998, visto que esta é fixada anualmente.



Utilizamos Fichas Analíticas das contas corrigidas, para simular o Livro Razão em UFIR, e os lançamentos procederam-se, em cada conta, pelo saldo inicial, pelos acréscimos e pelas deduções verificados no exercício do último balanço.

5.3.2. Aplicação na Empresa Casual S/A

5.3.2.1 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício

A Empresa Casual S/A, no exercício findo em 31 de dezembro de 1998, apresentou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício a seguir:

TABELA 8
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(Em milhares de lédias)

ATIVO	1998	1997
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	343	30
Aplicações financeiras	219.728	-
Contas a Receber	156.245	26.934
Provisão para devedores duvidosos	(6.981)	(4.837)
Cambiais descontadas	(17.808)	(7.083)
Estoques	81.032	20.088
Impostos a recuperar	<u>23.656</u>	<u>2.393</u>
	<u>456.215</u>	<u>37.525</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Partes relacionadas	87.329	17.525
Depósitos judiciais	<u>9.787</u>	<u>2.594</u>
	<u>97.116</u>	<u>20.119</u>
PERMANENTE		
Investimentos	2.394	291
Imobilizado	291.933	71.273
Diferido	<u>9.849</u>	<u>2.380</u>
	<u>304.176</u>	<u>73.944</u>
TOTAL DO ATIVO	857.507	131.588
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	114.043	24.592
Financiamento	197.987	54.765
Partes relacionadas	12.445	20.248
Debêntures	19.284	-
Impostos e contribuições sociais	8.408	1.837
Provisões	2.917	745
Dividendos a pagar	7.993	-
Outras contas a pagar	<u>3.590</u>	<u>832</u>
	<u>366.667</u>	<u>103.019</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamento	113.752	6.388
Debêntures	14.087	-
Provisões para contingências	1.737	1.740
Impostos e contribuições sociais	<u>2.460</u>	<u>1.658</u>
	<u>132.036</u>	<u>9.786</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	334.396	61.754
Reserva de capital	2.562	-
Reserva de lucro	21.846	-
Lucros(prejuízos) acumulados	-	<u>(42.971)</u>
	<u>358.804</u>	<u>18.783</u>
TOTAL DO PASSIVO	857.507	131.588

TABELA 9
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998 E 1997
(Em milhares de lédias, exceto o lucro ou prejuízo por ação)

	1998	1997
RECEITA BRUTA DE VENDA	532.639	104.922
Impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos	<u>(63.077)</u>	(16.543)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA	469.562	88.378
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	<u>(365.999)</u>	(84.224)
Lucro bruto	103.563	4.154
DESPESAS OPERACIONAIS	-	-
Despesas com vendas	(52.946)	(13.124)
Despesas gerais e administrativas	(30.309)	(8.739)
Honorários da administração	(434)	(223)
Despesas Financeiras	(106.850)	(14.448)
Receitas Financeiras	98.989	2.973
Outras receitas operacionais líquidas	17.506	1.352
Lucro(prejuízo) do exercício	<u>29.518</u>	(28.054)
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS	<u>(2.535)</u>	(14.917)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda		-
Contribuição social	26.982	(42.971)
CRÉDITO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.317	-
IMPOSTO DE RENDA INCENTIVADO	<u>(2.563)</u>	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	28.737	(42.971)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE	-	-
DE MIL AÇÕES NO FINAL	-	-
DO EXERCÍCIO L\$	13,50	(1,08)

5.3.2.2. Investimentos

- A) Utilizaremos única Ficha Analítica para simular as folhas do Razão Auxiliar em UFIR da conta de Investimento, que está convertido para a moeda fictícia Lédia;
- B) As aquisições de 1998 não serão evidenciadas em Fichas Analíticas de investimento, visto que o índice utilizado na correção desses elementos é a UFIR Anual;
- C) O saldo inicial verificado na Ficha Analítica é composto pelo saldo do balanço de 1997;
- D) Não foram verificadas baixas na conta Investimentos;

E) Não foram verificados ajustes ou transferências na conta Imobilizado;

TABELA 10
FICHA AUXILIAR 1

INVESTIMENTOS							
Data	Histórico	Vr. L\$*	UFIR		Controle em UFIR		
			Ano	Vr. Nominal	Acréscimos	Deduções	Saldo
31/12/97	Saldo Inicial	<u>291</u>	1997	0,8926			326,01
31/12/98	Subtotal	291					
31/12/98	C. Monetária	<u>16</u>					
31/12/98	Saldo Final	307	1998	0,9419			326,01

* Valor em milhares de Lídias

5.3.2.3. Imobilizado

- A) Utilizaremos única Ficha Analítica para simular as folhas do Razão Auxiliar em UFIR da conta Imobilizado, que está convertido para a moeda fictícia Lídia;
- B) As aquisições de 1998 não serão evidenciadas em Fichas Analíticas de Imobilizado, visto que o índice utilizado na correção desses elementos é a UFIR Anual;
- C) O saldo inicial verificado na Ficha Analítica é composto pelo saldo do balanço de 1997;
- D) Não foram verificadas baixas na conta Imobilizado;
- E) Não foram verificados ajustes ou transferências na conta Imobilizado;
- F) As deduções apresentadas pela Ficha Analítica consistem, basicamente, em depreciações dos bens que compõem o saldo inicial;



TABELA 11
FICHA ANALÍTICA 2

IMOBILIZADO							
Data	Histórico	Vr L\$*	UFIR		Controle em UFIR		
			Ano	Vr. Nominal	Acréscimos	Deduções	Saldo
31/12/97	Saldo Inicial	71.273	1997	0,8926			79.848,76
	Dedução	<u>(12.551)</u>	1998	0,9419		(11.821,79)	68.026,97
31/12/98	Subtotal	58.722					
31/12/98	C. Monetária	<u>5.353</u>					
31/12/98	Saldo Final	64.075	1998	0,9419			68.026,97

* Valor em milhares de Lídias

5.3.2.4. Diferido

- A) Utilizaremos única Ficha Analítica para simular as folhas do Razão Auxiliar em UFIR da conta Diferido, que está convertido para a moeda fictícia Lídia;
- B) As aquisições de 1998 não serão evidenciadas em Fichas Analíticas do Diferido, visto que o índice utilizado na correção desses elementos é a UFIR Anual;
- C) O saldo inicial verificado na Ficha Analítica é composto pelo saldo do balanço de 1997;
- D) Não foram verificadas baixas na conta Diferido;
- E) Não foram verificados ajustes ou transferências na conta Diferido;
- F) As deduções apresentadas pela Ficha Analítica consistem, basicamente, em amortizações dos elementos que compõem o saldo inicial;

TABELA 12
FICHA ANALÍTICA 3

DIFERIDO							
Data	Histórico	Vr L\$*	UFIR		Controle em UFIR		
			Ano	Vr. Nominal	Acréscimos	Deduções	Saldo
31/12/97	Saldo Inicial	2.380	1997	0,8926			2.666,37
	Dedução	(625)	1998	0,9419		(588,92)	2.077,44
31/12/98	Subtotal	1.755					
31/12/98	C. Monetária	202					
31/12/98	Saldo Final	1.957	1998	0,9419			2.077,44

* Valor em milhares de lédias

5.3.2.5. Capital Social

- A) Utilizaremos única Ficha Analítica para simular as folhas do Razão Auxiliar em UFIR da conta Capita Social, que está convertido para a moeda fictícia Lédia;
- B) A correção da conta Capital Social será registrada na Ficha Analítica da conta Reserva de Capital, que está convertido para a moeda fictícia Lédia;
- C) O saldo inicial verificado na Ficha Analítica é composto pelo saldo do balanço de 1997;
- D) A dedução verificada na Ficha Analítica representa a reversão do prejuízo acumulado no exercício de 1997;
- E) Os acréscimos identificados são provenientes da incorporação de outras empresas, convenções de debêntures e recursos de financiadores.

TABELA 13
FICHA ANALÍTICA 4

CAPITAL SOCIAL							
Data	Histórico	Vr. L\$	UFIR		Controle em UFIR		Saldo
			Ano	Vr. Nominal	Acréscimos	Deduções	
31/12/97	Saldo Inicial	61.754	1997	0,8926			69.184,41
	Absorção						
	Do Prejuízo	(42.971)		0,8926		(48.141,38)	21.043,02
	Acréscimos	<u>315.613</u>	1998	0,9419	335.081,22		<u>356.124,24</u>
31/12/98	Subtotal	334.396					356.124,24
RESERVA DE CAPITAL							
Data	Histórico	Vr. L\$	UFIR		Controle em UFIR		Saldo
			Ano	Vr. Nominal	Acréscimos	Deduções	
31/12/98	C. Monetária	1.037					

* Valor em milhares de lédias

5.3.2.6. Outras Contas do Patrimônio Líquido

As demais contas que formam o Patrimônio Líquido da empresa não sofreram, pelo modelo de atualização adotado, alterações monetárias decorrentes do índice de inflação do período. Este fenômeno deve-se à absorção dos prejuízos pela conta Capital Social e porque a formação da Reserva de Capital e Reserva de Lucros ter se constituída no ano de 1998.

5.3.2.7. Resultado da Correção Monetária Pelo Modelo Adotado

- A) A tabela 14 será utilizada para simular a folha do livro razão da Conta de Correção Monetária do exercício de 1998;
- B) A tabela 14 está convertida na moeda fictícia Lédia;
- C) O Débito é decorrente da atualização do Capital Social, que terá como contra partida a conta Reserva de Capital;

- D) Os créditos são decorrentes da atualização das contas do Ativo Permanente, que terão como contrapartida as respectivas contas;
- E) O saldo da correção monetária será evidenciado na demonstração do resultado do exercício.

TABELA 14

CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO EM 1998				
Contas	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
Investimentos	Correção Monetária dos Investimentos		16	16
Imobilizado	Correção Monetária do Imobilizado		5353	5.369
Diferido	Correção Monetária do Diferido		202	5.571
Capital Social	Correção Monetária do Capital Social	1.037		<u>4.534</u>
	Saldo Credor			4.534

5.4. Impacto do Modelo Adotado

5.4.1. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício após o Modelo de Correção Monetária

Após o processo de atualização da moeda, pelo modelo de correção aplicado, elaboramos novo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do findo em 31 de dezembro de 1998. Destacamos tais demonstrações, sobre o aspecto legal vigente e pela experiência :

TABELA 15
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998
(Em milhares de lédias)

ATIVO	Legal	Corrigido
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	343	343
Aplicações financeiras	219.728	219.728
Contas a Receber	156.245	156.245
Provisão para devedores duvidosos	(6.981)	(6.981)
Cambiais descontadas	(17.808)	(17.808)
Estoques	81.032	81.032
Impostos a recuperar	<u>23.656</u>	<u>23.656</u>
	<u>456.215</u>	<u>456.215</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Partes relacionadas	87.329	87.329
Depósitos judiciais	<u>9.787</u>	<u>9.787</u>
	<u>97.116</u>	<u>97.116</u>
PERMANENTE		
Investimentos	2.394	2.410
Imobilizado	291.933	297.286
Diferido	<u>9.849</u>	<u>10.051</u>
	<u>304.176</u>	<u>309.747</u>
TOTAL DO ATIVO	857.507	863.078
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	114.043	114.043
Financiamento	197.987	197.987
Partes relacionadas	12.445	12.445
Debêntures	19.284	19.284
Impostos e contribuições sociais	8.408	8.839
Provisões	2.917	2.917
Dividendos a pagar	7.993	8.976
Outras contas a pagar	<u>3.590</u>	<u>3.590</u>
	<u>366.667</u>	<u>368.081</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Financiamento	113.752	113.752
Debêntures	14.087	14.087
Provisões para contingências	1.737	1.737
Impostos e contribuições sociais	<u>2.460</u>	<u>2.460</u>
	<u>132.036</u>	<u>132.036</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	334.396	334.396
Correção Monetária do Capital	-	1.037
Reserva de capital	2.562	2.562
Reserva de lucro	21.846	24.966
Lucros(prejuízos) acumulados	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>358.804</u>	<u>362.961</u>
TOTAL DO PASSIVO	857.507	863.078

TABELA 16
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998
(Em milhares de lídias, exceto o lucro ou prejuízo por ação)

	1998	1998
	Legal	Corrigido
RECEITA BRUTA DE VENDA	532.639	532.639
Impostos sobre vendas, devoluções e abatimentos	<u>(63.077)</u>	<u>(63.077)</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA	469.562	469.562
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	<u>(365.999)</u>	<u>(365.999)</u>
Lucro bruto	103.563	103.563
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(52.946)	(52.946)
Despesas gerais e administrativas	(30.309)	(30.309)
Honorários da administração	(434)	(434)
Despesas Financeiras	(106.850)	(106.850)
Receitas Financeiras	98.989	98.989
Outras receitas operacionais líquidas	<u>17.506</u>	<u>17.506</u>
Lucro(prejuízo) do exercício	29.518	29.518
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS LÍQUIDAS	(2.535)	(2.535)
CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO	<u>-</u>	<u>4.534</u>
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda		
Contribuição social	26.982	31.516
CRÉDITO DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4.318	4.318
IMPOSTO DE RENDA INCENTIVADO	<u>(2.564)</u>	<u>(2.994)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	28.737	32.840
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES NO FINAL DO EXERCÍCIO L\$	13,78	15,43

5.4.2. Variação das Contas

5.4.2.1. Da Demonstração do Resultado do Exercício

Um primeiro aspecto a ser abordado será o lucro inflacionário adquirido pela empresa após a recuperação da perda monetária. Como demonstramos, o saldo credor da correção foi resultado da variação dos elementos do Ativo Permanente, que apresentou um saldo credor de L\$ 5.571.000,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta e um mil lídias), enquanto o Patrimônio Líquido contribuiu com o saldo devedor de L\$ 1.037.000,00 (um milhão e trinta e sete mil lídias).



Apresentou-se, após a apuração do saldo de correção, uma receita monetária de L\$ 4.534.000,00 (quatro milhões, quinhentos e trinta e quatro mil lídias), que, pelos critérios legais vigentes para elaboração das demonstrações financeiras analisadas, não foi realizada durante o período de 1998. Todavia, ao adotar os critérios de correção monetária, podemos apresentar, na Demonstração do Resultado do Exercício, o lucro inflacionário.

A partir do saldo credor de correção, pode-se identificar, imediatamente, a variação no lucro antes do imposto de renda. Verificamos que, antes da aplicação dos índices de correção, este elemento apresentava-se no valor de L\$ 26.982.000,00 (vinte e seis milhões, novecentos e oitenta e dois mil lídias), enquanto o experimento apresentou um aumento em função do lucro inflacionário, passando a representar L\$ 31.516.000,00 (trinta e um milhões, quinhentos e dezesseis mil lídias).

Por analogia ao critério de correção monetária antes adotado, os acréscimos na Demonstração do Resultado, decorrentes do saldo credor da correção aplicada, sofreram tributação do imposto de renda. A partir das alíquotas fornecidas pela empresa, adquiriu-se um novo valor do imposto de renda, passando este a equivaler a L\$ 2.994.000,00 (dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil lídias), o que representou um aumento de 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil lídias).

Por fim, o lucro líquido do exercício ganhou uma variação positiva após o reconhecimento da correção monetária do balanço avaliada. A princípio tínhamos o valor de L\$ 28.737.000,00 (vinte e oito milhões, setecentos e trinta e sete mil lídias), porém, com a atualização da moeda, configurou-se um valor de L\$ trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta mil lídias). Conseqüentemente, o lucro por ação apresentado pela demonstração, recebeu um aumento de L\$ 1, 65 (uma lídia e sessenta e cinco centavos), passando a valer L\$ 15,63 quinze lídias e sessenta e três centavos).

A tabela a seguir demonstra a variação das contas da Demonstração do Resultado do Exercício em valores absolutos e valores percentuais, após o modelo de correção monetária do balanço.

TABELA 17
VARIAÇÃO DAS CONTAS
DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
1998

CONTAS	SALDO ANTES DA CORREÇÃO*	SALDO APÓS A CORREÇÃO*	VARIAÇÃO EM LÍDIAS*	VARIAÇÃO EM PERCENTUAIS
Correção Monetária do Balanço	-	4.534	4.534	-
Lucro antes do Imposto de Renda	26.982	31.516	4.534	16,80
Imposto de Renda	2.564	2.994	430	16,77
Lucro Líquido do Exercício	28.737	32.840	4103	14,28
Lucro por Lote de Mil Ações	13,78	15,43	1,65	-

* Valores em milhares de lédias, exceto o lucro por lote de mil ações.

5.4.2.2. Do Balanço Patrimonial

Porque aplicarmos um modelo de correção monetária similar ao modelo antes adotado pela legislação fiscal, a atualização da perda da moeda do balanço foi percebida, no que se refere às contas do Ativo, no Permanente da empresa, visto que, segundo informações obtidas na Empresa Casual, esta não possuía bens sujeitos a esse critério de correção nos demais grupos do ativo.

Pode-se verificar que os elementos que compõem o Permanente da Indústria, compreendem: Investimentos, registrados pelo custo corrigido monetariamente até 1995,



período este que marca a extinção da correção; Imobilizado, que, por sua vez, é composto por: Imóveis, aproximadamente 20% (vinte por cento), Imobilizado, aproximadamente 63% (sessenta e três por cento), e Diferido, composto por gastos pré-operacionais, desenvolvimento de sistemas e despesas de reorganização.

Ao aplicar os índices inflacionários sobre as contas do Ativo Permanente, verificamos que todas as contas agregaram acréscimos no saldo final do exercício de 1998. Embora as variações em termos percentuais não representem acentuadas mudanças, ao observar as alterações nos valores absolutos, pudemos perceber como a ausência da correção monetária do balanço ocasiona enormes distorções no Balanço Patrimonial.

A tabela a seguir demonstra a variação das contas do Ativo em valores absolutos e valores percentuais após o modelo de correção monetária do balanço.

TABELA 18
VARIAÇÃO DAS CONTAS
DO BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO PERMANENTE
1998

CONTAS	SALDO ANTES DA CORREÇÃO*	SALDO APÓS A CORREÇÃO*	VARIAÇÃO EM LÍDIAS*	VARIAÇÃO EM PERCENTUAIS
Investimentos	2.394	2.410	16	0,67
Imobilizado	291.933	297.286	5.353	1,83
Diferido	9.849	10.051	202	2,05

* Valores em milhares de lédias, exceto o lucro por lote de mil ações.

Como podemos visualizar, Investimentos foi a conta que menos variou, apenas L\$ 16.000,00 (dezesesseis mil lédias), enquanto a variação do imobilizado foi a maior, ultrapassando cinco milhões de lédias. Deparamo-nos com a convenção da materialidade que enuncia: “o contador deverá, sempre, avaliar, a influência e a materialidade da

informação evidenciada ou negada para o usuário à luz da relação custo-benefício, levando em conta aspectos internos da empresa...”²²

Destacamos o fator de que a Empresa Casual, na publicação do Balanço Patrimonial de 1998, reconhece que não houve diferenças relevantes nos valores de mercado e os apresentados na demonstração. Porém, esta se mostrou interessada na possibilidade de se corrigir as suas demonstrações.

Quanto ao passivo, verifica-se que com a correção monetária aplicada, implicou em uma maior variação nas contas que receberam o impacto desse modelo. Identificamos um total de quatro contas que absorveram esses efeitos - Impostos e Contribuições Sociais, Dividendos, Correção Monetária do Capital e Reserva de Lucro.

No que se refere a impostos e contribuições sociais, verificamos que esta conta recebeu um acréscimo no saldo final após a atualização da moeda. O valor inicial representado por L\$ 8.408.000,00 (oito milhões, quatrocentos e oito mil lídias), aumentou para L\$ 8.976.000,00 (oito milhões novecentos e setenta e seis mil lídias). Esse acréscimo é consequência imediata do lucro inflacionário tributável que elevou as obrigações fiscais da empresa.

Assim como a conta *Impostos e Contribuições Sociais*, os dividendos da empresa são resultantes do lucro da empresa que, como já demonstrado, possui saldo credor de correção, resultante da absorção do valor positivo da atualização da perda monetária da moeda. Por conseguinte, identificou-se uma variação positiva na conta *Dividendos* que, em termos absolutos, representava L\$ 983.000,00 (novecentos e oitenta e três mil lídias), passando esta a L\$ 8.976.000,00 (oito milhões, novecentos e setenta e seis mil lídias).

No Patrimônio Líquido, podemos identificar alterações substanciais nas contas de reserva de lucros e na Correção Monetária do Capital. Na primeira, verificamos que o saldo corrigido passou de L\$ 21.846.000, 00 (vinte e um milhões, oitocentos e quarenta e

²² IUCÍBUS, MARTINS & GELBCKE, Op. cit., p.88.

seis mil lídias), para L\$ 24.966.000,00 (vinte quatro milhões, novecentos e sessenta mil lídias).

Na conta Correção Monetária do Capital, podemos notar que, ao término do exercício de 1997, não existia saldo final, pois, naquele período, não se reconheceram os efeitos inflacionários sobre o capital dos acionistas. Todavia, com a aplicação do modelo de correção monetária no ano de 1998, o Capital Social passou a ser corrigido pelo índice de inflação, sendo o acréscimo, proporcionado por este experimento, classificado naquela reserva.

Há de se ressaltar que as demais contas não sofreram variações, pois a conta Reserva de Capital foi constituída no período do balanço analisado, quando não houve variações na UFIR anual, enquanto a conta Lucros (prejuízos) acumulados não recebeu nenhum crédito, pois o lucro líquido do exercício foi distribuído por completo para os Dividendos e para as Reservas de Lucro.

A tabela abaixo demonstra a variação das contas do Passivo e do Patrimônio Líquido em valores absolutos e valores percentuais após o modelo de correção monetária do balanço.

TABELA 19
VARIAÇÃO DAS CONTAS
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
1998

CONTAS	SALDO ANTES DA CORREÇÃO*	SALDO APÓS A CORREÇÃO*	VARIAÇÃO EM LÍDIAS*	VARIAÇÃO EM PERCENTUAIS
Dividendos	7.993	8.976	983	12,30
Impostos	8.408	8.839	431	5,13
Correção Monetária do Capital	-	1.037	1.037	-
Reserva de Lucro	21.846	24.966	3.120	14,28

* Valores em milhares de lédias, exceto o lucro por lote de mil ações.

5. CONCLUSÃO

O resultado do trabalho de pesquisa documental, bibliográfica e dos questionários aplicados no estudo de caso respondem tanto os itens das questões como das hipóteses citadas na introdução e apresentam fundamentação científica para o objetivo geral e para os objetivos específicos desta monografia.

Conforme análise do questionário aplicado, bem como da entrevista com o administrador da Empresa Casual S.A, podemos perceber que a empresa não vem adotando medidas que possibilitem o reconhecimento dos índices inflacionários sobre o patrimônio, sendo estes procedimentos adotados apenas nos períodos em que a legislação fiscal exigia a atualização monetária.

Contudo, os administradores da empresa mostraram-se bastante interessados em reconhecer os efeitos da inflação nas atividades da indústria, aplicando-se, todavia, um critério que proporcione a otimização da equação custo-benefício. Para tanto, a organização apresentou-se favorável ao desenvolvimento de critérios que abrangessem maior número de elementos patrimoniais. Esta medida seria possível a partir de índices que refletissem as variações de preços, de forma fidedigna.

Por estabelecer a UFIR como indicador inflacionário, a Correção Integral do Balanço não representou a melhor técnica de reconhecimento da perda da capacidade de compra da moeda brasileira, pois, conforme o resultado da entrevista, este procedimento se torna bastante dispendioso para a instituição e seus impactos não são expressivos diante da metodologia estabelecida pela Lei n.º 6.404.

Por fim, a opinião dos executivos da indústria avaliada demonstra que a Correção Monetária do Balanço satisfaz às necessidades da organização, pois este método consiste em um procedimento mais simples e menos oneroso, ao mesmo tempo que seus resultados, comparados à Correção Integral, não representariam grandes variações, pois os índices inflacionários da economia brasileira apresentam-se relativamente baixos.

Com o desenvolvimento do modelo de correção monetária e a aplicação das suas metodologias sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, foi possível verificar qual o impacto da correção monetária sobre as contas destes demonstrativos.

Ao analisar o Balanço Patrimonial, verificamos que as contas que compunham o Permanente da empresa passaram por variações que, se em números percentuais não apresentaram oscilações significativas, em valores monetários superaram os 5 (cinco) milhões de reais após o modelo adotado.

Quanto às contas do passivo, identificamos alterações significativas nas obrigações fiscais – impostos e contribuição social, cerca de 5% (cinco por cento), e nos dividendos a serem distribuídos, acima de 12% (doze por cento). Já as alterações do Patrimônio Líquido da instituição foram identificadas, sobretudo, na abertura de outra conta que absorveu a correção do capital social, respondendo esta por L\$ 1.037.000,00 (um milhão e trinta e sete mil lídias).

Na Demonstração do Resultado do Exercício, as alterações surgiram após a identificação das despesas não operacionais da instituição, onde, logo após, apresentamos o saldo da correção monetária instituída, que procurou simular a atualização monetária adotada pela lei societária. Por apresentar, neste período, um Permanente maior que o Patrimônio Líquido, a empresa apresentou um lucro inflacionário que contribui diretamente para a composição do resultado do exercício.

O primeiro impacto após a identificação do ganho com a correção foi o aumento do imposto de renda - pessoa jurídica a ser pago pela organização, que registrou um aumento de L\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil lídias), o equivalente a um reajustamento de aproximadamente 16% (dezesesseis por cento).

Finalmente, as taxas de inflação e o procedimento de correção adotados provocaram um significativo aumento no lucro da empresa, que passou dos 28 (vinte e oito) milhões de lídias iniciais, para um valor que se aproximou do 33 (trinta e três) milhões de lídias, sendo o acréscimo do Lucro Líquido responsável direto da variação positiva do lucro por ação.

Por fim, nossa pesquisa apresenta-se completa quando verificamos que, ao elaborarmos o modelo de correção e o aplicarmos nesta empresa do setor têxtil, identificamos como consequência imediata para o patrimônio da empresa, o não reconhecimento do lucro inflacionário. Assim, seria proporcionado à empresa mais recursos, tornando-a atraente e viabilizando a captação de recursos por parte de financiadores e investidores.

Ao término da pesquisa, constatamos a necessidade da Ciência Contábil adotar critérios na elaboração das demonstrações financeiras permitindo, assim, expressar as contas que as compõem em termos de moeda de poder aquisitivo constante. Cabendo aos analistas de mercado, administradores, auditores, contadores e todos os que se utilizam das informações contábeis reivindicarem os direitos de reconhecer os índices inflacionários, que, embora apresentem-se relativamente baixos, continuam corroendo a economia brasileira.

2018

ANEXOS

Fortaleza, 24 de maio de 1999.

Sr. Gerente,

Este instrumento de pesquisa, que lhe apresento, é parte integrante dos requisitos para a elaboração de monografia, disciplina obrigatória para a conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Diante da instabilidade apresentada pela economia brasileira, suscitou-me uma preocupação com os efeitos inflacionários sobre as demonstrações contábeis das indústrias do setor têxtil cearense. Partindo dos meus conhecimentos teóricos, procuro identificar, por meio das respostas às questões do mencionado questionário, as variáveis que expliquem o fenômeno acima e que possam, inclusive, servir de subsídio às indústrias têxteis para conduzir o assunto.

1. Acreditando que essa consulta poderá contribuir para o desenvolvimento da área contábil no segmento têxtil, solicito-lhe:
 - Responder o presente questionário no prazo de 07 dias, a contar da data de sua entrega.
 - Anexar ao questionário os Balanços Patrimoniais de 1994 e 1998.
2. A sua identidade e a da empresa serão mantidas em sigilo e os dados obtidos ser-lhe-ão apresentados oportunamente.

Atenciosamente,

Hiran Sobreira Teles Filho
Mat. 9507892

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

QUESTIONÁRIO OBJETIVO

A	B	C	D
DISCORDO MUITO	DISCORDO	CONCORDO	CONCORDO MUITO

PERGUNTAS	RESPOSTAS			
	A	B	C	D

01	A Correção Monetária do Balanço gerava lucro para empresa, visto que o seu Ativo Imobilizado possui um valor relevante.				
02	A indústria, no período inflacionário, encontrava dificuldades para determinar o custo dos seus produtos devido a constante variação dos preços que compunham a mão-de-obra, a matéria prima e os seus custos indiretos de fabricação				
03	A Correção Monetária do Balanço era bastante válida como ajuste do lucro e para fins fiscais, porém de pouca utilidade para análise minuciosa da composição do resultado.				
04	A correção Monetária do Balanço, adotada pela lei n.º 6.404/76, é parcial, pois atualizava parte das Demonstrações Contábeis.				
05	Com a estabilização da economia brasileira, advinda do Plano Real, os índices inflacionários não afetaram os resultados operacionais da empresa.				
06	A Correção Integral do Balanço Patrimonial proporciona uma realidade mais fidedigna do resultado operacional da empresa.				
07	A UMC – Unidade Monetária Contábil – em UFIR, adotada pela Correção Integral do Balanço, é o melhor índice para a atualização monetária das Demonstrações Financeiras.				
08	A empresa, em 1995, era favorável a extinção da correção monetária, em decorrência do Plano Real, nas suas contas do Balanço Patrimonial.				
09	A empresa é a favor do retorno da correção monetária adotada pelo fisco, visto que este método atende a necessidade da empresa.				
10	A empresa é a favor do retorno de um critério de correção monetária que possibilite uma maior abrangência das contas do Balanço Patrimonial.				

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

QUESTIONÁRIO SUBJETIVO

01. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre o seu **Disponível**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
02. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre o seu **Estoque de Produtos em Elaboração**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
03. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre o seu **Estoque de Produtos Elaborados**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
04. Qual foi **método de custeamento** adotados pela empresa nos período de 1997 a 1998?
05. Quais os critérios utilizados para evitar que a **Taxa de Aplicação do CIF** torne-se defasada em função das taxas de inflação, nos períodos de 1997 a 1998?
06. Quais os critérios de avaliação dos **materiais diretos da produção** e quais os procedimentos que a empresa adotou para acompanhar a inflação sobre esses itens no período de 1997 a 1998?
07. De que maneira a empresa realizou suas provisões para **mão-de-obra direta** e quais os procedimentos que a empresa adotou para acompanhar a inflação sobre esses itens nos períodos de 1997 a 1998?
08. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre os seus **Investimentos em Outras Companhias**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
09. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre os seus **Imobilizado**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
10. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre os seus **Diferido**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
11. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre as suas **Obrigações Fiscais**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
12. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre as suas **Obrigações Sociais**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?

13. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre o seu **Capital Social**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
14. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre as suas **Reservas**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
15. Quais foram os procedimentos adotados pela empresa para reconhecer os efeitos da inflação, sobre o **Lucro ou Prejuízo do Exercício**, ocorrida nos períodos de 1997 a 1998?
16. Qual a posição da empresa quanto a extinção da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras (pela lei das S/A's)?
17. A estabilidade proporcionada pelo Plano Real até a liberação cambial justificou, em números, a extinção da Correção Monetária para empresa?
18. Quais as consequências que a empresa esta sofrendo em função do disparo da moeda norte-americana?
19. A empresa é a favor da volta do cálculo da Correção Monetária adotado pelo Fisco?
20. Qual a posição da empresa quanto a Correção Monetária adotado pela CVM (Correção Integral)?
21. Quais informações a Correção Integral fornece para a empresa?

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ANDERSEN, A. **Normas e práticas contábeis no brasil**. 2ª. ed., São Paulo, Atlas, 1994.
- CALDAS, S. L. **A correção monetária nas demonstrações financeiras**. São Paulo, Atlas, 1991.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. & GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. FINECAFI. 3ª. ed. São Paulo, Atlas, 1993.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanço – análise de liquidez e do endividamento, análise de giro, rentabilidade e alavancagem financeira**. 6ª. ed., São Paulo, 1995.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 4ª. ed., São Paulo, Atlas, 1990.
- MARTINS, E. **Análise da correção monetária das demonstrações financeiras – implicação no lucro e na alavancagem financeira**. 1ª. ed. São Paulo, Atlas, 1980.
- PINTO, A.; FREDE, C. & MARINHO, L. C. **Curso de economia**. 10ª ed. Rio de Janeiro, Unilivros, 1980.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução a economia**. 10ª. São Paulo, Atlas, 1984.

Artigos de Revistas

- ALCÂNTALRA, E. O Brasil Piscou. **Revista Veja**, São Paulo-SP. p. 32-34. Jan/1999.
- NASCIMENTO, A. A Ancora Virou Anzol, **Revista Veja**, São Paulo-SP. p. 35-37. Jan/1999.



FRIEDLANDER, D. & SORIMA, J. O Custo de Dominar o Dragão. **Revista Veja**, São Paulo-SP. p. 38-39. Jan/1999.

ROSA, A. L. & MELO, M. C. P. de. O Poder Competitivo da Indústria Têxtil Cearense no Contexto Nordestino e Brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza-Ce. p. 275-301. Jul/Set 1995.

Artigos de Jornais

_____. **Mercado dita Preço do Dólar**. Jornal O Povo, Fortaleza-CE. 16/01/1999. p. 1D, Caderno: Economia.

HIDA, H. **Distorções de Balanço Aumentam**, Gazeta Mercantil, São Paulo-SP. 06/02/1998. Pág. C-4.

PALHARES, M. **Indústria Têxtil Recupera Vendas** Jornal O Povo, Fortaleza-CE. 14/03/1999. p. 3E, Caderno: Economia.

WATENABE, M. **Empresas Garantem a Correção Monetária**, Gazeta Mercantil, São Paulo-SP. 02/02/1998. p. A-10.

LEI

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das S.A. Atlas, 1997.

BRASIL. LEI 9.069, de 29 de junho de 1995. Dispõe regras para a desindexação da economia e da outras providências.

BRASIL . LEI 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Dispõe sobre as Sociedades por Ação, altera a legislação tributária federal e da outras providências.